

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE TOLEDO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**AGRONEGÓCIO – PGDRA**  
**MESTRADO**

**ALLAN GEORGES NAKKA STRAUCH**

**PERCEPÇÕES DO SUICÍDIO EM UMA FORÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO**

**TOLEDO**  
**2022**

**ALLAN GEORGES NAKKA STRAUCH**

**PERCEPÇÕES DO SUICÍDIO EM UMA FORÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pery Francisco Assis Shikida

Coorientador: Prof. Dr. Marcos de Oliveira Garcias (Universidade Federal de Lavras – UFLA)

TOLEDO

2022

**ALLAN GEORGES NAKKA STRAUCH**

**PERCEPÇÕES DO SUICÍDIO EM UMA FORÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pery F. A. Shikida  
Coorientador: Prof. Dr. Marcos de Oliveira  
Garcias (Universidade Federal de Lavras – UFLA)

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Pery Francisco Assis Shikida  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
(UNIOESTE) – Orientador

---

Profa. Dra. Zelimar Soares Bidarra  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
(UNIOESTE)

---

Dra. Eli Narciso da Silva Torres  
Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de  
Políticas Públicas da Universidade Estadual  
de Campinas (UNICAMP)

---

Dr. Valmir de Souza  
Subcomandante do 19º Batalhão da Polícia  
Militar do Estado do Paraná

Toledo, 31 de maio de 2022.

*Para Allan Alberto Pimenta Strauch e Indra Nakka Strauch, meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar coragem e força para concluir este ciclo, por não me abandonar nos momentos mais cinzentos e manter a minha fé fortalecida.

Aos meus pais, Allan e Indra, por toda a educação e ensinamentos repassados em minha vida, por sempre apoiarem as minhas decisões e terem me dado suporte para enfrentar os obstáculos que a vida impõe.

Aos meus irmãos, João e Ivin, meu filho, João Gabriel, e meu sobrinho, João Pedro, por me proporcionarem momentos lindos de descontração e amor, sempre me incentivando e acreditando nos meus propósitos.

Aos meus avós em memória, Georges e Yolanda, Eloy e Júlia, e aos meus tios Khaled, Joanita, Kiriaki, Carlos, Omar, Eloisa, Antônio Carlos, Eloy e Enide, por todo o suporte moral e exemplo de caráter e retidão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pery Francisco Assis Shikida, por auxiliar durante toda a pesquisa, pelos ensinamentos acadêmicos e ensinamentos, pela lição de vida e de retidão moral, pelo amor pelo que faz, por ser incansável, por fazer tudo “bem feito”.

À “Instituição A” pela oportunidade que possibilitou a realização desta pesquisa.

Ao Diretor da Força de Segurança Pública (FSP), ao Policial da FSP (“nosso anjo” – ele sabe quem é!), amigo de todas as horas, e as “meninas” da FSP, pelo apoio e presteza para a condução das pesquisas de campo. Aos cem Policiais da FSP por apoiarem e acreditaram nesta pesquisa. Espero que este estudo de caso possa contribuir para sua classe, que não somente deve ser mais ouvida, como também respeitada, em todos os sentidos. Este trabalho não é para vocês, é de vocês!

À Comissão Examinadora, Profa. Dra. Zelimar Soares Bidarra, Dra. Eli Narciso da Silva Torres e Dr. Valmir de Souza, por disponibilizar tempo e dedicação em participar e contribuir com o estudo. Dra. Eli Torres é também uma guerreira da FSP!

A todos os professores e servidores do PGDRA que, de forma direta ou indireta, possibilitaram a concretização deste mestrado, em especial, ao Prof. Doutor Lucir Reinaldo Alves, Profa. Dra. Crislaine Colla e a servidora Débora Elisa Saling Bebber.

Aos meus colegas de turma, Gabriela, Alzira, Celso, Romano, Leonardo, Amanda, por proporcionarem momentos de alegria e muita parceria, deixando a jornada mais leve.

Aos meus colegas, Athena M. da C. Stanoga, Claudelir Klein, Cristian J. P. Aguiar, Nathielly A. da Silva e Renata Cattelan, Sofia Shikida, Alícia Leal Frehner, Rosana Claudia Botelho, Kennedy Carvalho, Carla Alves de Oliveira, pela preciosa ajuda dada ao trabalho. Agradeço a todos que ajudaram, apoiaram e me deram força para não desistir e alcançar meus objetivos. Gratidão a todos!

“É justo que muito custe o que muito vale” – Santa Teresa D’Ávila.

STRAUCH, A. G. N. **Percepções do suicídio em uma força de segurança pública brasileira**: um estudo de caso. 70 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2022.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o suicídio em uma força de segurança pública brasileira (FSP) por meio de percepções empíricas, a partir de um estudo de caso. Nesse sentido, foram realizadas aplicações de questionários (121 questões) para 100 policiais da FSP, permitindo-se auferir um nível de confiança de 90%, com margem de erro de 6%. O tratamento desses dados concentrou-se na análise via distribuição de frequência das respostas e tratamento econométrico mediante regressão logística. A variável dependente considerada levou em conta o fato de “o policial da FSP já ter pensado e/ou tentado suicídio” contra “nunca pensou nem tentou suicídio”. Como principais resultados, 49% já pensaram em suicídio, 6% já tentaram suicídio (o que perfaz 55%), enquanto 45% nunca pensaram nesse ato. As variáveis “parente suicidou” (características familiares), “felicidade alta” e “teve depressão” (características da saúde), “pensou atirar em pessoas” e “angústia por pressão no trabalho” (características do temperamento), “quis ser da FSP”, “assédio moral”, “conheceu policial da FSP morto em serviço” e “amigo policial da FSP que suicidou” (características do trabalho) foram estatisticamente significativas. Essas variáveis explicam, econometricamente, o policial da FSP ter pensado e/ou tentado suicídio. Tais resultados sugerem que a Instituição A necessita instituir campanhas de saúde mental voltadas para seus profissionais, bem como se sugere que sejam implementados tratamentos qualificados para cuidar das pessoas que apresentaram(m) pensamentos suicidas, com casos de tentativas de tirar a própria vida.

**Palavras-chave:** Força de segurança pública. Comportamento suicida. Análise econométrica.

STRAUCH, A. G. N. **Perceptions of suicide in a Brazilian public security force: a case study.** 70 f. 2022. Dissertation (Master in Regional Development and Agribusiness) – Western Paraná State University, Toledo/Paraná State/Brazil, 2022.

### **ABSTRACT**

This research aims to analyze the suicide in a Brazilian public security force (FSP) through empirical perceptions, based on a case study. In this sense, questionnaires (121 questions) were applied to 100 FSP police officers, which allowed obtaining a confidence level of 90%, with a margin of error of 6%. The treatment of these data focused on analysis by frequency distribution of responses and econometric treatment through logistic regression. The dependent variable considered the fact that “the FSP police officer had already thought about and/or attempted suicide” versus “never thought about or attempted suicide”. As main results, 49% have already thought about suicide, 6% have already attempted suicide (sum of 55%), while 45% have never thought about this act. The variables “family member committed suicide” (family characteristics), “happiness high” and “had depression” (health characteristics), “thought of shooting people” and “distress due to pressure at work” (temperament characteristics), “wanted to be a FSP police officer”, “moral harassment”, “met an FSP police officer who died on duty/work” and “friend of FSP police officer who committed suicide” (work characteristics) were statistically significant. Such variables explain, econometrically, the FSP police officer having thought and/or attempted suicide. These results suggest that the Institution A needs to institute mental health campaigns, as well as suggesting that qualified treatments be implemented to care for people who presented suicidal thought(s), with cases of attempts to take one's own life.

**Keywords:** Public security force. Suicidal behavior. Econometric analysis.



## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas no modelo para verificar quais os determinantes para um policial da FSP ter pensado em suicídio (ideação) e pensado e tentado suicídio (avançou na ideação).....	39
Figura 1 – Etapas da estrutura do trabalho .....	16

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Efeitos marginais do modelo *Logit* estimado pelo método de máxima verossimilhança sobre a possibilidade de um policial da FSP ter pensado em suicídio (ideação) e pensado e tentado suicídio (avançou na ideiação) .....55

Tabela A1 – Coeficientes do modelo *Logit* estimado pelo método de máxima verossimilhança sobre a possibilidade de o policial da FSP ter pensado em suicídio (ideação) e pensado e tentado suicídio (avançou na ideiação) .....70

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
<b>1.1 Justificativa e problema</b> .....	14
<b>1.2 Objetivos</b> .....	15
<b>1.3 Estrutura da dissertação</b> .....	15
2 O SUICÍDIO NA PERSPECTIVA DAS DIVERSAS ÁREAS .....	17
<b>2.1 Perspectiva do Desenvolvimento Regional</b> .....	17
<b>2.2 Perspectiva da Economia</b> .....	19
<b>2.3 Perspectiva da Antropologia</b> .....	21
<b>2.4 Perspectiva da Filosofia</b> .....	23
<b>2.5 Perspectiva de Áreas Médicas e Afins</b> .....	24
<b>2.6 Perspectiva da Religião</b> .....	27
<b>2.7 Perspectiva da Sociologia</b> .....	29
3 BREVES NOTAS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA .....	31
<b>3.1 A segurança pública e os órgãos policiais</b> .....	31
<b>3.2 O suicídio policial</b> .....	33
4 METODOLOGIA.....	37
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
<b>5.1 Distribuição de frequência das respostas dos entrevistados</b> .....	41
5.1.1 Aspectos gerais dos entrevistados .....	41
5.1.2 Tipologia e aspectos da vida profissional .....	44
5.1.2.1 Primeiro bloco .....	44
5.1.2.2 Segundo bloco .....	48
5.1.3 Aspectos da vida pessoal dos entrevistados.....	50
<b>5.2 Resultados econométricos</b> .....	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
REFERÊNCIAS .....	61
ANEXO 1.....	70

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objeto o estudo do suicídio, que pode ser conceituado como fato, acontecimento ou conduta de autoprovocação da morte por motivos que transcendem transtornos mentais ou emocionais. Esses advêm, principalmente, de uma desesperança profunda, uma insatisfação com a vida, a convicção da inexistência de soluções para os problemas enfrentados, entre outras razões, por vezes até incompreensíveis (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, 2014).

Um dos principais expoentes do estudo do suicídio é Durkheim (2003; 2011), que enfatizou a necessidade de compreender o contexto social do indivíduo, indicando que o nível de interação na sociedade e os quadros de depressão e melancolia podem ser determinantes entre a vida e a morte. Existem, outrossim, outras justificativas comumente apresentadas para o cometimento do suicídio, a exemplo da retirada da vida por um “bem maior”, a alegação de “não haver uma saída” ou a dificuldade de suportar pressões e determinadas regras de conduta em sociedade.

Os dados sobre o cometimento do suicídio são alarmantes sob quaisquer aspectos ou profissão estudada. Estima-se que um milhão de pessoas por ano cometem suicídio no mundo todo (SILVA *et al.*, 2018). No Brasil, em 2019, a taxa de mortalidade por suicídio foi de 6,6 por grupo de 100 mil habitantes; enquanto no Estado do Paraná, a taxa foi de 8,5 por grupo de 100 mil habitantes (BRASIL, 2021). Uma das classes profissionais que mais instigam o debate em torno do tema são os agentes de segurança pública, em que pese os insuficientes estudos acerca do assunto, pois se nota franco descaso no sentido de existência de políticas públicas multissetoriais verdadeiramente eficazes (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

As percepções iniciais sobre o tema envolvendo, especialmente os agentes de segurança pública – sejam eles policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, ferroviários federais, guardas civis ou policiais penais (federais ou estaduais) –, apontam a própria profissão como fator desencadeador do processo de busca voluntária pela morte, levando em consideração o extremo estresse a que estão submetidos. Outrossim, a insatisfação com a corporação de que fazem parte, especialmente pela ausência de autonomia e pela hierarquia a que estão subordinados, compõe algumas das razões que alimentam a renúncia à vontade de viver (MIRANDA *et al.*, 2016).

Sendo considerado, portanto, um evento social, o suicídio será analisado, neste trabalho, sob várias perspectivas. Entre elas, destaca-se a Antropologia, uma vez que, no início da história humana, um membro social não podia cometer o ato sem o consentimento da sociedade, já que a prática era considerada crime. Em outras sociedades, a conduta era permitida apenas para níveis mais elevados da sociedade (VALÉRIO, 2006).

Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria e Conselho Federal de Medicina (ABP-CFM, 2014), o suicídio é considerado um comportamento com determinantes multifatoriais e resultado de uma complexa interação de fatores psicológicos, biológicos, culturais e socioambientais. “O suicídio pode ser definido como um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal” (ABP-CFM, 2014, p.8).

Outra perspectiva acerca da prática do suicídio está ligada ao próprio desenvolvimento regional, a partir da relação entre território, desenvolvimento, vida e morte, com necessidade de manutenção de banco de dados pelos municípios acerca do evento. Neste estudo, o tema é abordado dentro do contexto de uma classe policial, considerando que a perda de vidas humanas traz consequências que envolvem questões emocionais, pessoais, individuais e crises econômicas (SOUZA, 2007).

No que se refere à economia, cabe destacar que Jorge e Koizumi (2004) observaram que os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de São Paulo, por exemplo, medidos pelo custo por dia e gasto médio, foram superiores nos casos de tentativa de suicídio, quando comparados aos das internações por causas naturais. Silveira, Santos e Ferreira (2012) apontaram que, entre 1998 e 2007, ocorreram 77.648 óbitos e 102.031 hospitalizações no Brasil, com despesas superiores a R\$ 35 milhões. O estudo baseou-se em dados oficiais e secundários do Sistema de Informação Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) e do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM), publicados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Dados mais recentes (BRASIL, 2021) apontam que “entre 2010 e 2019, ocorreram no Brasil 112.230 mortes por suicídio, com um aumento de 43% no número anual de mortes, de 9.454 em 2010, para 13.523 em 2019”.

Cabe destacar que, de acordo com a OMS (2014), a maioria dos suicídios é prevenível, o que implica a necessidade de criação de políticas públicas de

enfrentamento e prevenção ao ato suicida. Por outro lado, a falta de dados claros e transparentes sobre os suicídios de policiais impede o enfrentamento dessa questão nas instituições e dificulta a criação de políticas públicas de saúde voltadas para esses profissionais (LIMA; MARTINS, 2021).

A discussão acerca da prática do suicídio transcende as questões humanas. O tema envolve o direito à vida e à morte, em que pese a primeira ser um direito constitucional previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), sendo essenciais os esforços de todas as áreas pela manutenção da vida. O direito à segurança pública é dever do Estado em prol do cidadão e, nesse contexto, os trabalhos integrados das polícias civil, militar e penal são relevantes e merecem ser postos em pauta quando se trata da prática do suicídio entre os agentes da própria segurança pública.

A despeito de serem inúmeras as formas de tentar explicar o suicídio, importa o fenômeno “vida”, bem como a prevenção à morte, com esforços integrados de todos os setores. Assim, neste trabalho não será esgotado o tema em nenhuma área, sendo o objeto principal o estudo do suicídio de uma força de segurança pública (FSP) brasileira por meio de percepções empíricas. Cabe ressaltar que não será mencionada qual foi a força de segurança pública estudada pois, considerando as tratativas realizadas com a Instituição responsável (doravante Instituição A), os dados resultantes desta pesquisa “[...] poderão ser utilizados para fins acadêmicos, desde que vedada a identificação do órgão e da carreira”.

## **1.1 Justificativa e problema**

Diante da impossibilidade técnica de se pesquisar uma pessoa que cometeu suicídio, a grande indagação deste trabalho foi perguntar ao colaborador do estudo se ele já pensou em suicídio. Mediante as respostas “sim, apenas pensei” (ideação suicida) ou “sim, pensei e tentei” (ideação suicida com tentativa frustrada) contra “não, nunca pensei” (ausência de ideação suicida), que caracterizam variáveis binárias dependentes, as demais variáveis explicativas do modelo foram montadas com a intenção de explicar as percepções de distúrbios de ansiedade, doenças crônicas, problemas financeiros, problemas de relacionamento, histórico de evento traumático, contato com outros casos de suicídio, perda de um ente querido etc. Nesse contexto, o trabalho que serviu de referência para esta pesquisa foi o de Shikida *et al.* (2020), que realizou estudo similar para uma amostra de policiais militares Oeste do Paraná.

Sendo assim, o tema é cientificamente instigante e requer, cada vez mais, interconexões entre muitas áreas do conhecimento, as quais, integradas, podem auxiliar na prevenção da prática do ato do suicídio para uma FSP.

Isto posto, a pergunta central deste trabalho é: quais são os fatores determinantes que conduzem ao pensamento e/ou à tentativa de suicídio de policiais de uma determinada FSP?

## **1.2 Objetivos**

Visando responder à problemática deste estudo, o objetivo primordial é analisar os fatores determinantes associados ao suicídio de policiais de uma determinada FSP, por meio de percepções empíricas, a partir de um estudo realizado no âmbito de trabalho dessa FSP.

Especificamente, pretende-se:

- Levantar dados primários sobre a ideação suicida, ideação suicida com tentativa frustrada, e ausência de ideação suicida no âmbito da FSP que trabalha na Instituição A;
- Identificar, dentre as variáveis exploradas (via análise qualitativa e quantitativa), quais delas têm relação direta com o pensamento de suicídio ou eventual tentativa de suicídio; e,
- Traçar um diagnóstico com base nas variáveis que possam embasar estudos posteriores na área da saúde mental da classe pesquisada.

## **1.3 Estrutura do trabalho**

Esta dissertação encontra-se estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro esta breve introdução.

O segundo capítulo apresenta a revisão teórica de forma concisa, abordando o tema suicídio nas diferentes áreas do conhecimento, tais como desenvolvimento regional, antropologia, economia, filosofia, religião, medicina e demais áreas que compõem os principais ramos do conhecimento sobre o tema.

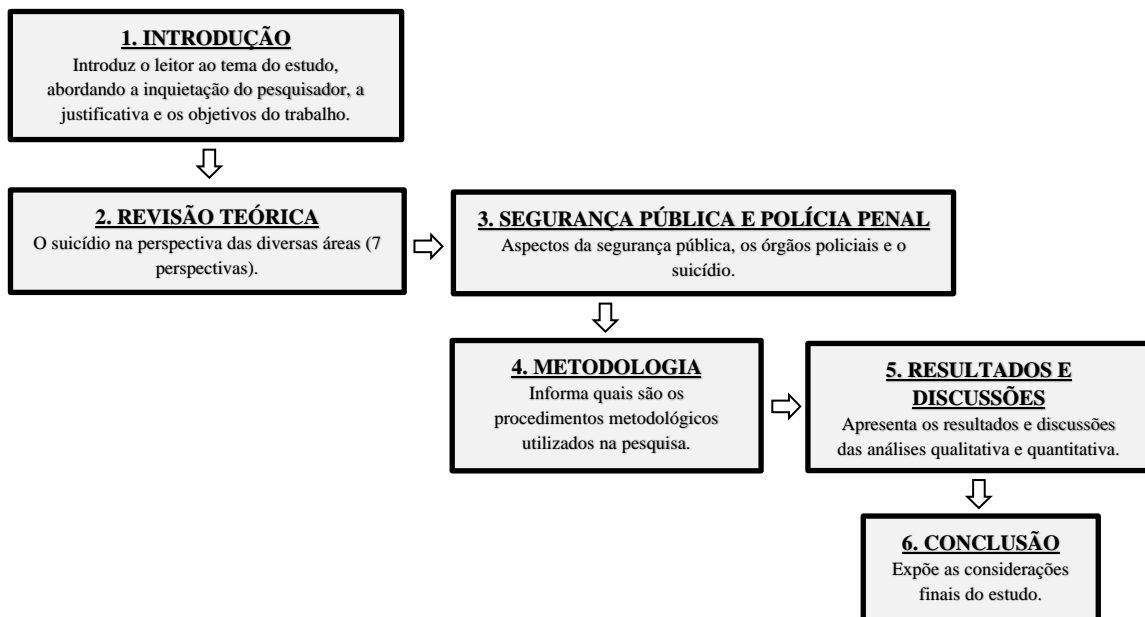
O terceiro capítulo expõe a revisão de literatura, que realça a segurança pública, os órgãos policiais e o suicídio policial.

O quarto capítulo destaca os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, ressaltando a forma de obtenção dos dados e informações necessárias, coletadas mediante entrevistas.

Os resultados provenientes são apresentados no quinto capítulo, juntamente com a sua discussão.

A conclusão, que sumariza esta dissertação, compõe o capítulo seis.

Figura 1 – Etapas da estrutura do trabalho



Fonte: Elaboração do autor (2022).



## **2 O SUICÍDIO NA PERSPECTIVA DAS DIVERSAS ÁREAS**

Neste capítulo são abordadas diversas teorias que buscam explicar o suicídio sob diferentes perspectivas que, de maneira geral, relacionam suas hipóteses aos fatores biológicos, econômicos, sociais, religiosos e filosóficos. Via de regra, o que se pretende com esta revisão é proporcionar maior embasamento sobre o suicídio, tendo como suporte as distintas interpretações sobre um problema que transcende o plano pessoal, perpassando pela família, sociedade, classe social, culturas e que acaba recrudescendo a saúde pública de muitos espaços regionais.

### **2.1 Perspectiva do Desenvolvimento Regional**

O território configura-se o local das relações coletivas e individuais, sendo o ambiente do qual se adquire a identidade própria. Com área de terras delimitadas ou jurisdicionadas, é no território que se desenvolvem as experiências culturais do indivíduo, perpassadas por aspectos políticos, econômicos e ambientais, entre outras nuances (DIANIN, 2015).

Visando à multidisciplinaridade, Dianin (2015) expõe que existem várias áreas da saúde com múltiplos entendimentos acerca de determinado fenômeno, quadro e doença. Da conexão existente entre território, regiões e desenvolvimento, entende-se que os eventos correspondentes à saúde, vida e morte devem fazer parte de um banco de dados em prol da pesquisa e da integração dos municípios e estados.

Para Souza (2007, p. 18), por ser o desenvolvimento [...] o resultado de uma série de fatores dinâmicos, econômicos, políticos e sociais capazes de influenciar positiva e negativamente no crescimento tanto econômico quanto social e cultural de uma região”, o suicídio, como um problema de saúde pública, também é um desafio ao desenvolvimento regional. Entretanto, ainda de acordo com a autora, em função de sua diversidade regional, os estudos sobre o suicídio no Brasil precisam atentar para as características marcantes das diferentes etnias, classes e culturas que compõem a realidade nacional.

Nesse sentido, “a região é o território além dos aspectos ambientais, ‘determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais’, envolvendo agentes e interesses num processo de regionalização” (DIANIN, 2015, p. 25). No território, as diferenças e potencialidades devem ser valorizadas em prol do

desenvolvimento coletivo – processo no qual deve ocorrer a evolução material, social e espacial de forma equilibrada. É justamente por essa via que se desenvolve e se fortalece o Estado – a partir do desenvolvimento das regiões – uma vez que é considerado um Estado eficiente aquele que “[...] abre caminho para que as forças sociais se articulem, no sentido de auxiliar a implantação de políticas públicas que harmonizem os territórios fragmentados em prol dos interesses sociais” (PAMPLONA, 2012, p. 75).

Aliado a tais conceitos e entendimentos surge a palavra “descentralização”, segundo a qual “o território não mais se define apenas pelas ações dos atores sobre um determinado espaço físico. A organização social exige novas cores à identidade territorial [...]” (DIANIN, 2015, p. 26). Tal descentralização envolve questões de organização, especialmente quando o assunto é saúde pública e privada, devendo ocorrer segmentação precisa em prol das necessidades locais de cada região. Na esfera pública, essa segmentação ocorre de acordo com a área geográfica ou o chamado nível de complexidade (DIANIN, 2015).

O desenvolvimento de determinada região pode ser aferido pelo crescimento, renda e políticas públicas. Contudo, estas últimas faltam no que se refere à prevenção do suicídio, que causa enormes prejuízos ao desenvolvimento regional, seja pela perda do ser humano, seja pelas questões econômicas envolvidas (SOUZA, 2007).

O chamado impacto socioeconômico causado pelo suicídio foi responsável por 870.000 mortes por ano, causando defasagem social e humana, gerando, por consequência, altos custos hospitalares, além de representar a 4ª maior causa de morte na faixa entre 10 e 24 anos – dados compilados por Teng e Pampanelli (2015). Conforme Jorge e Koizumi (2004), no Estado de São Paulo, quando comparadas aos casos das internações por causas naturais, em atendimentos realizados pelo SUS, as despesas foram superiores aos casos de tentativa de suicídio. Regionalmente, Oliveira, Rondina Neto e Abrita (2019) realizaram a análise dos dados do DATASUS no período circunscrito aos anos de 1996 a 2016, demonstrando que a região Sul concentrou 46.085 casos registrados, isto é, o maior índice de suicídios em duas décadas de levantamento.

Gonçalves, Gonçalves e Oliveira Júnior (2011) e Brasil (2021) aduzem a necessidade de se buscar novos paradigmas para a solução do problema do suicídio, especialmente, no campo da saúde mental, voltados à dimensão local em que o indivíduo vive. Destarte, “a compreensão do conteúdo geográfico tem grande

potencial não só explicativo, como também da identificação de situações-problema para a saúde, e com base nisso, de planejamento e de organização de ações” (GONÇALVES; GONÇALVES; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p. 311).

Autores como Gonçalves, Gonçalves e Oliveira Júnior (2011) e Moutier (2021) ainda elencam como solução um plano nacional de prevenção, a fim de demonstrar que o suicídio não está limitado a um indivíduo em particular e, sim, relacionado à sociedade. Dessa forma, deveria haver investimento em políticas públicas de cuidados integrados, com variadas formas de terapia, em prol da promoção da qualidade de vida.

Outrossim, Gonçalves, Gonçalves e Oliveira Júnior (2011) apresentam como essencial o cuidado na regulamentação dos agroquímicos, uma vez que observaram uma relação positiva entre o grau de ruralização e as taxas de suicídio. Cabe destacar que os agroquímicos podem resultar em quadros depressivos desencadeados por mecanismos neurológicos ou endócrinos, o que leva os autores a destacarem a necessidade de criação de políticas públicas de desenvolvimento com vistas a melhorar o sistema de informações sobre o assunto.

Nesse sentido, o chamado “plano diretor de regionalização” é de extrema relevância para a organização dos estados, razão pela qual se apoia tanto um plano municipal como regional de saúde, apesar de o segundo ser fundamental para ganhos de escala de sustentabilidade e custeio. Já que se visa a um crescimento e desenvolvimento regional, o apoio não deve ser diferente em relação aos planos e estratégias em prol da prevenção do suicídio pelas regiões brasileiras (STAVIZKI JUNIOR; SILVEIRA, 2019).

Posto que compete aos municípios legislar sobre os assuntos de interesse social, além de organizar e prestar os serviços públicos essenciais, seja pelo regime de concessão ou permissão, deve ser prestada a cooperação técnica por meio do auxílio financeiro da União e do estado em prol de toda a sociedade, especialmente no que diz respeito ao suicídio. Vale lembrar que tais comandos derivam do Artigo 30, inciso I, V e VII da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

## **2.2 Perspectiva da Economia**

O motivo do grande aumento da epidemiologia do comportamento suicida nas últimas décadas corresponde às “[...] mudanças culturais e sociais ensejadas pelo

neoliberalismo, como o enaltecimento do individualismo, a mediatização da vida e a precarização dos relacionamentos” (BERARDI, 2015, *n.p.*).

Um estudo realizado no Brasil pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (LOUREIRO; MENDONÇA; SACHSIDA, 2010), acerca dos determinantes econômicos do suicídio, indica ter havido aumento do cometimento do ato graças às crescentes desigualdades e disparidades sociais no País, destacando sempre ter havido correlação entre políticas de austeridade e o suicídio. Isso levou, conforme Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – CRP-DF (2020), a cortes nos investimentos públicos, ampliando a desigualdade social, adiamento de políticas sociais e ataque aos direitos trabalhistas, a exemplo da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o ato das disposições constitucionais transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, entre outras providências (vide: BRASIL, 2016).

Sob outro paradigma, identificado como um problema de saúde pública, o suicídio traz para os governos outros problemas econômicos e orçamentários. Para cada óbito por suicídio, no mínimo, cinco ou seis pessoas próximas ao suicida têm a vida afetada, não somente nas questões emocionais e sociais, mas, principalmente, econômicas. O suicídio apresenta, portanto, um enorme custo para a sociedade, tanto pelo fato de os recursos destinados para tais casos não poderem ser usados para outros fins, como pela própria perda do capital humano (GONÇALVES; GONÇALVES; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Nesse contexto, há registro de que o valor médio das internações registradas como lesões autoprovocadas intencionalmente ficou em torno de R\$ 790,24, entre 2002 e 2013, com permanência de internação por quatro dias, e taxa de mortalidade de 4,05% dos casos (MONTEIRO *et al.*, 2015). Ademais, conforme esses autores, essas internações concentraram-se entre 30 e 49 anos para os homens, e no caso das mulheres entre 20 a 29 anos de idade, sendo as maiores ocorrências de taxas de hospitalização e mortes na região Sudeste.

Gonçalves, Gonçalves e Oliveira Júnior (2011) ressaltam a ausência de estudos correlacionando o suicídio aos fatores econômicos, analisando as variáveis econômicas e as influências nas taxas de suicídio por Unidades Federativas. Não obstante, Shikida, Araujo Junior e Gazzzi (2007) ressaltam que as regiões Sul e Centro-Oeste se destacam em relação às demais regiões quanto ao número total de suicídios. Conforme Meneghel *et al.* (2004), no Rio Grande do Sul as grandes taxas de suicídio

decorrem de precárias condições de vida ou mesmo de endividamento, além da concentração de terras e da exposição intensa aos agrotóxicos.

Tais elementos podem desencadear quadros depressivos, gerados por mecanismos neurológicos ou até endócrinos. Essa conclusão pode ser notada nas taxas de mortes por suicídio entre 2001 a 2004 em Palmas, Tocantins, onde o Instituto Médico Legal (IML) local chegou a registrar uma taxa de 33% de mortes entre lavradores. Caso semelhante foi percebido na microrregião de Dourados, Mato Grosso do Sul, em razão da cultura algodoeira, que expunha os trabalhadores rurais aos agroquímicos (GONÇALVES; GONÇALVES; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Embora o número de casos de depressão e de ansiedade em momentos de crises econômicas cresça, uma crise econômica sozinha não pode ser culpada pelos transtornos mentais que culminam no suicídio. Isto porque a maioria das pessoas que enfrentam tais crises, sob diversos tipos de pressão social e mental, está sobrevivendo (FRAGA, 2019).

Em suma, a perspectiva do suicídio, além do impacto doloroso que causa, deriva outro impacto, de forma direta ou indireta, reverberado nos membros da sociedade que se relacionavam ou não com o suicida, que é o econômico (uma perda de recurso humano). Ademais, o processo de decisão de um ato suicida, quando atrelado com crises financeiras, desemprego, dívidas etc., também pode usar o arcabouço fornecido pela ciência econômica para tentar interpretá-lo (SHIKIDA; ARAUJO JUNIOR; GAZZI, 2007).

### **2.3 Perspectiva da Antropologia**

Historicamente, o suicídio já foi (e ainda é) objeto de condenação, intolerância, indignação e frustração, de acordo com os princípios da sociedade em que se vivia e se estava inserido. Na Grécia, por exemplo, um ser social não podia se matar sem o consentimento da sociedade, por se tratar de crime contra a estrutura comunitária. Em Atenas e Roma, o ato era restrito aos níveis sociais mais elevados; enquanto na Idade Média, em razão do repúdio da igreja e do Estado, os suicidas eram igualados a ladrões e assassinos. Na idade moderna, o suicídio assumiu um caráter “clandestino” ou “patológico”, tendo sido usado até mesmo como método terrorista (GONÇALVES; GONÇALVES; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011; SOUZA, *s.d.*).

Importante lembrar que o Código Penal brasileiro também concede proteção à vida, além de condenar, abstratamente, quem induz a prática do ato ou auxilia o ato suicida. A eutanásia, entendida como um suicídio assistido, segue o mesmo raciocínio, a despeito da polêmica em torno do tema. Na cultura ocidental, o suicídio é tema visto como um tabu, sendo pouco divulgado e não comentado (BRANDÃO, 2008).

Nagafuchi (2019) entende que o suicídio, sob uma análise social, depende da cultura, das formas de vida em sociedade e da subjetividade do ser, sendo possível classificar suicidas por categorias. Essa afirmação corrobora o que Marquetti (2012) expõe, pois ele entende o suicídio, no aspecto socioantropológico, como sendo “um ato comunitário”. Para Nagafuchi (2019), cada sujeito carrega um corpo com particularidades e subjetividades, em que, estando no mundo, atravessa um deserto de destinos, que podem estar marcados por violência e sofrimento social, impactando as subjetividades cotidianamente de acordo com o fluxo de interações.

A subjetividade, segundo Fischer (2007), está fundamentada em quatro aspectos: o político, que se dá com o sentimento público, moral e as questões de cidadania; o psicológico, que leva em consideração as individualidades; o linguístico, que decorre do uso e enunciação da gramática; e o biológico, que depende das células para sua formação. Os antropólogos reconhecem os sofrimentos sociais de cada subjetividade, considerando que a sociedade é algo mutável, fato que influencia as individualidades de forma negativa.

O suicídio tem, outrossim, o caráter nosográfico, sendo causa da morte que entra para a cultura social de determinada sociedade, tanto que são altos os índices e as taxas do cometimento do ato em lugares nos quais os questionamentos sobre a existência e a sobrevivência são cruciais. Para Nagafuchi (2019, p. 111), “o suicídio é, ao mesmo tempo, um ato destrutivo, por interromper a vida, e um ato constitutivo, pois possibilita uma compreensão do mundo e da experiência humana”.

Pela antropologia, é possível explicar que nem todos procuram a morte, não sendo possível entender o suicídio de forma homogênea. A chave, portanto, é a heterogeneidade, devendo-se observar o fenômeno pelas nuances sociais que coordenam as vivências e as relações, sendo o suicídio, portanto, resultado das ações humanas (SILVA, 2019).

## 2.4 Perspectiva da Filosofia

Longe de exaurir o tema, o suicídio é entendido como ato legítimo somente se o suicida padecesse de doenças crônicas, incuráveis e dolorosas, tendo como fundamento a certeza da morte, um destino miserável e humilhante – tema, inclusive, da obra *Fédon*, uma das obras mais tardias de Platão, de 387 a.C., época em que se entendia o corpo como espécie de cárcere e a libertação da vida um bem, o que conferia licitude ao suicídio (OLIVEIRA, 2018). No entanto, conforme o próprio Platão (s.d.), aquele que mata a si mesmo não está agindo em consonância com alguma decisão legal do Estado, portanto, sua punição deve ser crível, de modo que seja esquecido pela própria sociedade que o suicida desprezou com seu ato.

Nesse debate em que as ideias de Platão são analisadas, Oliveira (2018) cita que o suicida deve ser enterrado isoladamente, não deve compartilhar sepultura, deve ser em lugares desérticos, sem qualquer identificação e adquirindo caráter desonroso. Nessa parte, há consenso entre aqueles pensadores no sentido de que o suicida deva ser totalmente apagado da memória coletiva, tratado de forma severa, justamente pela escolha feita com as próprias mãos.

Sócrates acresce ao tema entendendo não haver justificativa para o suicídio. Para ele, os homens pertenciam aos deuses e estavam sob a tutela deles, não podendo decidir, por si, o que configuraria ato de impiedade. O viver seria preferível ao morrer, não sendo possível desprender-se das atrações dos sentidos que alteram e deformam as verdades. A idealização de Sócrates é oferecer um consolo e não incitar alguém ao fim (PLATÃO, s.d.).

Oliveira (2018) ressalta que a escola estoica é a que melhor justifica o direito ao suicídio, tratando-o como um ato racional, estabelecendo-lhe parâmetros fundamentados nas seguintes possíveis razões: pátria; amigos; o desejo de evitar cometer atos vergonhosos ou de dizer coisas indizíveis (forçado por tirano); grande enfermidade (sob a ótica do impedimento da alma poder usufruir o corpo por mais tempo); extrema pobreza; e estado de demência ou desvario, chamado de *léros*.

O que vale ressaltar na perspectiva filosófica é que, de Platão a Montaigne, há controvérsias de que em algum momento da vida, em determinado contexto histórico, seria desejável e racional o aceite da morte, o fato de livrar-se da vida, o que foge às questões transcendentais e sociais a despeito de a escolha talvez não ser a melhor

saída, dadas as obrigações morais, ponto crucial para o cometimento ou não do ato (VAZ, 2012).

Ademais, para a filosofia, a sobrecarga da modernidade traz insegurança ao indivíduo, que pende entre a decisão do fazer e do não fazer, verdadeira dualidade entre razão e emoção, aceitável e inaceitável, o que leva ao vazio existencial e ao reconhecimento de que “o suicida quer a vida; porém está insatisfeito com as condições sob as quais vive. Quando destrói o fenômeno individual, ele de maneira alguma renuncia à Vontade de vida, mas tão somente à vida” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 504).

Para Schopenhauer (2005), a vida tem destino certo, que é a morte. O suicídio é um remédio para a doença, que é a vida, mas como negação da vontade, considerando que o intuito é “fugir do sofrimento e não da vida”. Santos (2010) ressalta em leitura de Schopenhauer (2005) o suicídio como direito do ser humano, em razão do poder de decidir o quanto quer viver e quando quer morrer, alegando que não há vedação no Antigo ou Novo Testamento bíblico, sendo impossível atribuir o suicídio

## **2.5 Perspectiva de Áreas Médicas e Afins**

Falar sobre suicídio exige cuidado, sobretudo à luz da Medicina, que objetiva integral proteção e valorização da vida. O tema ganha relevância quando são identificados os dados de suicídio no mundo por meio de entidades oficiais, como a World Health Organization (WHO, 2021), que estima que mais de 700.000 pessoas morrem por suicídio todos os anos, e que as tentativas de suicídio são maiores do que as consumações identificadas. Para a OMS (2000, p. 3), o suicídio não é uma doença em si, “[...] nem necessariamente a manifestação de uma doença, mas transtornos mentais constituem-se um importante fator associado ao suicídio”.

Os principais transtornos mentais capazes de culminar no ato suicida, de acordo com Cerqueira e Lima (2015), são: transtornos de humor (como a depressão); transtornos mentais e de comportamento derivados do uso de substâncias psicoativas; transtornos de personalidade, como Borderline, narcisismo ou comportamento antissocial; esquizofrenia; transtornos de ansiedade, entre outras condições ou estados físicos e mentais que, em função de sua gravidade, pode potencializar os riscos à saúde.



Pessoas que mais cometem suicídio são do sexo masculino, estando entre as faixas etárias de 15 e 35 anos e acima de 75 anos, de extratos econômicos extremos, residentes em áreas urbanas, geralmente desempregados, aposentados e em isolamento social (OMS, 2000; BRASIL, 2006). Entre os fatores psicológicos, são considerados como de grande incidência: perdas recentes, como as de figuras parentais na infância; a dinâmica familiar conturbada; datas importantes e significativas; reações de aniversário; impulsividade; e agressividade (CERQUEIRA; LIMA, 2015).

Para Dutra (2011, p. 153), “o motivo ou motivos que levam alguém ao suicídio formam-se ao longo da sua história e se revelam nos sentidos e modos de ser que constituem a sua existência”. Há um alerta da OMS que apresenta traços aparentes do ato suicida, entendidos como risco para a saúde, quais sejam:

Comportamento retraído, inabilidade para se relacionar com a família e amigos; doença psiquiátrica; alcoolismo; ansiedade ou pânico; mudança na personalidade, irritabilidade, pessimismo, depressão ou apatia; mudança no hábito alimentar e de sono; tentativa de suicídio anterior; odiar-se, sentimento de culpa, de se sentir sem valor ou com vergonha; uma perda recente importante – morte, divórcio, separação etc.; história familiar de suicídio; desejo súbito de concluir afazeres pessoais, organizar os documentos, escrever um testamento etc.; sentimentos de solidão, impotência, desesperança; cartas de despedida; doença física; menção repetida de morte ou suicídio (OMS, 2000, *n.p.*).

Segundo Silva e Bueno (2017), para a Organização Mundial da Saúde o suicídio é evitável, desde que haja esforços para a prevenção, com elaboração de planejamento e acompanhamento de múltiplos setores da área da saúde, devendo ser pautada em conhecimento de riscos, especialmente quando se trata de profissionais que atuam na área de segurança.

Pela Psicologia, o suicídio também é identificado como um problema social a ser enfrentado. Botega (2014) expõe que, para a OMS, em 97% dos casos, o suicídio decorre de um sofrimento psíquico ou um transtorno psiquiátrico, desassociados ou não, sendo o primeiro uma questão de ordem da vivência e da própria existência.

O suicídio é classificado, pelo Código Internacional das Doenças (CID), como morte violenta por causas externas, como morte não decorrente de doença (OMS, 2006), tratando-se de fenômeno multifatorial. Citando Rigo (2013), fatores individuais, sociais e culturais podem ser determinantes para a decisão de tirar a própria vida, havendo necessidade de entender três fatores que levam à compreensão da prática

do suicídio, quais sejam: i) os precipitantes (envolvendo os normalmente atuais e externos ao sujeito); ii) os internos (interligados à história de vida e transtornos mentais preexistentes); e iii) o contexto sociocultural do ato em si, devendo o estudo clínico partir de causas precipitantes para estabelecer a relação com motivações internas sugestivas do ato.

Para o Conselho Regional de Psicologia (CRP), são entendidos como fatores de risco ao suicídio:

História de vida: perdas, traumas, maus-tratos, abuso (físico, sexual, psicológico), negligência; sofrimento psíquico grave; baixa tolerância à frustração e ambivalência; dor psíquica que dificulta pensar em alternativas para sua situação; contexto em que o indivíduo está inserido; abuso de álcool e/ou substâncias; perda de emprego, problemas financeiros; solidão, desesperança e autodepreciação (CRP-DF, 2020, p. 39).

E como fatores de proteção, considerando que a prevenção ao suicídio pode começar na própria família, na escola, em programas psicoeducativos e na comunidade:

Restringir e/ou dificultar o acesso a métodos que são perigosos; mídia abordar a temática com cautela, promovendo a conscientização; planejamento e adoção de políticas de redução de uso nocivo de álcool e outras drogas, avaliando o risco de suicídio e automutilação; identificação e cuidado de pessoas e comunidades com estresse emocional agudo; treinamento de profissionais de saúde não especializados para identificação e manejo do comportamento suicida; acompanhar indivíduos que tentaram suicídio dentro dos serviços em rede; intervenções e programas de capacitação em escolas para promoção de habilidades emocionais; ampliação do suporte social dentro da comunidade, capacitando as pessoas a reconhecer e buscar recursos e/ou serviços; enfrentar os estigmas, discutindo-os; atenção aos dados ofertados sobre tentativas de suicídio dentro do contexto em que a pessoa está inserida (CRP-DF, 2020, p. 39).

É necessário identificar a chamada “mensagem existencial”, o que pressupõe um ato suicida como uma oportunidade na qual se acende o alerta para que o profissional possa adotar as medidas eficazes de prevenção e proteção, como terapia experiencial, ou técnica gestáltica. Nela, o psicólogo deve atentar-se para a escuta ativa, identificando os sinais dados a respeito de cada percepção (PERLS, 1977).

Pela prática psiquiátrica, o suicídio é entendido como algo perturbador, sendo usada a intervenção terapêutica, não sob uma perspectiva direta de luta pela vida, mas visando a proporcionar uma vida funcional com comportamentos adaptados ao paciente e à família. As estatísticas são problemáticas, sendo que mais de 90% dos casos de suicídio envolvem doença psiquiátrica, como transtornos de humor, em que

pese a heterogeneidade de pacientes vítimas de comportamento suicida, com variáveis múltiplas, o que torna extremo o trabalho do profissional de psiquiatria (TENG; PAMPANELLI, 2015).

Segundo Teng e Pampanelli (2015, p. 43-44), um bom atendimento clínico deve envolver, na entrevista, dados “demográficos, antecedentes pessoais e familiar de suicídio, diagnósticos clínicos e psiquiátricos, rede de apoio social, características de personalidade [...] aspectos psicodinâmicos [...] modelos de identificação [...] e recursos do paciente [...]”. São entendidos como fatores de risco pela psiquiatria:

[...] sexo masculino, idosos, história de tentativa prévia (principal fator isolado), histórico familiar positivo para suicídio, e mudança recente de status social ou econômico; são fatores de risco potencialmente modificáveis: estado civil solteiro ou divorciado, desemprego ou insatisfação com o trabalho, transtornos mentais, acesso a meios letais, doenças orgânicas e isolamento social. [...] Preferencialmente, o assunto deve ser abordado de uma forma gradual, fluindo naturalmente na consulta a partir do relato de sentimentos negativos que vêm sendo experimentados pelo paciente. Ao longo da entrevista, deve-se questionar sobre pensamentos frequentes sobre a morte, se lhe ocorre a ideia de se matar ou que a vida termine (muitas vezes a ideia é frágil, surgindo como um desejo de dormir para sempre, de desaparecer, de fugir), e se sim, se chegou a planejar algo neste sentido, e caracterizar o planejamento. Pensamentos com conteúdo de desesperança (‘a vida não tem saída’, ‘não existe esperança’), acompanhados de sentimento de tristeza extrema, vazio, solidão e falta de apoio, além de uma postura corporal ansiosa e agitada, sugerem um maior risco de suicídio (TENG; PAMPANELLI, 2015, p. 44).

Nesse contexto, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) oferece uma larga experiência no cuidado da pessoa com comportamento suicida, por meio de ações continuadas, atentando-se para as vivências identificadas que servem de amostra para novos casos, uma vez que muitos suicídios podem ser evitados com a identificação do comportamento de risco e o efetivo acompanhamento. Tais questões configuram-se importantes fatores de proteção, bem como a assistência médica, facilitação de acesso às intervenções clínicas, suporte pelos serviços de autoajuda, suporte à família e o suporte aos indivíduos que se relacionam com o paciente no contexto social (MINAYO; SOUZA, 2005).

## **2.6 Perspectiva da Religião**

A religião possui conexão com vários setores da vida, não sendo diferente quanto ao assunto do suicídio no começo da história, uma vez que transtornos mentais

eram entendidos como fenômenos religiosos. Tanto a religião como o suicídio são acontecimentos sociais que envolvem os indivíduos de acordo com os conceitos, preceitos, fundamentos e idealizações que eles têm, decorrentes da educação, mesmo a religiosa, responsável pela organização da experiência dos seres humanos.

Além da religião, tem-se a moral, pela qual se questiona como a religião lida com as práticas humanas que atentam contra a vida, uma vez que possui papel primordial sobre a formação do indivíduo. Há questionamentos, inclusive, quanto à possibilidade de a religião limitar os desejos do sujeito, como, por exemplo, coibir a prática do suicídio (VIEIRA; MARINHO, 2020). Sobre isso, Silva e Ferreira (2020), citando o caso do cristianismo, apontam que ensinamentos contidos na Bíblia destacam, entre outros aspectos, um dos mandamentos dados por Deus, qual seja: “Não matarás”; o que remete à promoção pela vida, e não o contrário.

Os jesuítas desenvolveram a casuística, o antídoto da dúvida, os estados da alma, tornando pecado mortal matar-se por cólera, por impaciência ou vergonha, pobreza, infortúnio, espírito de martírio ou desgosto pela vida. Naquela época, desejavam evitar a prática do suicídio, que era associado ao pecado, visando à instauração do medo. No contexto da Reforma e da Contrarreforma protestante, o suicídio deixou de ser encarado como algo demoníaco ou sobrenatural, e passou a ser utilizada a internação como forma de prevenção, havendo relatos, também, de que muitos que tentaram o suicídio foram presos em gaiolas de verga com as mãos amarradas (VIEIRA; MARINHO, 2020).

Tanto o protestantismo como o catolicismo proíbem o suicídio, ressalvado que o primeiro admite o livre exame das escrituras, dando ao seu adepto a participação na crença; enquanto no segundo, o credo oferece uma fé pronta, sem exame (VIEIRA; MARINHO, 2020; SILVA; FERREIRA, 2020). Isso justifica a compreensão de que, pelo primeiro, o suicídio está relacionado ao espírito livre, e o segundo visa rituais, hierarquias e extensões rígidas.

Durkheim (1996) elenca a religião como disciplina espiritual e ética, de forma a trazer segurança em prol do indivíduo no decorrer de sua vivência, sendo que a crença, a fé, a religiosidade, os ritos e o compartilhamento coletivo do sofrimento podem viabilizar melhor entendimento no momento do luto, a despeito de, por meio da religião, serem criados tabus e preconceitos.

Há um entendimento preponderante de que a vida é sagrada para todas as religiões, sendo uma dádiva, e a morte voluntária é acobertada por significados, razão

pela qual o suicídio é estigmatizado (CAVALCANTE *et al.*, 2016). Todavia, as religiões enxergam de forma diversa o suicídio, a exemplo do hinduísmo e do budismo, segundo as quais as ações humanas são consequências de parte da vida do indivíduo, uma vez que esta possui ciclos. No Cristianismo, Judaísmo e Islamismo, o suicídio é repellido pelo fato de o ser humano ser a imagem e semelhança de Deus, o Criador (PEIXOTO; AZENHA, 2014).

Apesar dos entendimentos acerca da possibilidade de modificação do comportamento por meio da religião, a religiosidade não se mostra como um coibidor da tentativa de suicídio. Tudo depende da forma como a informação chega ao ouvinte, seja para compeli-lo à prática do ato, seja para aproximá-lo de Deus, quando há crença na vida eterna (CAVALCANTE *et al.*, 2016).

Outrossim, estudos demonstram que, quanto maior o engajamento religioso, menores as taxas de suicídio. Bteshe *et al.* (2010), por exemplo, apresentam os motivos ensejadores da análise do suicídio sob a perspectiva religiosa, elencando a fé como um caráter protetor ao suicídio, justamente pelo medo que o indivíduo tem de perder a alma e a salvação eterna. Para os autores, as práticas religiosas contribuem, sim, para a queda nas taxas de suicídio, diante da criação de rede de suporte, com novas abordagens em saúde mental; e os líderes religiosos e espirituais são capazes de identificar o risco.

A ideação suicida, segundo a psiquiatra Meleiro (2021), é um sinal de alerta, não podendo ser levemente descartada. “Os comportamentos e as emoções de quem pensa em cometer suicídio são vários e não surgem de uma hora para outra. As pessoas dão sinais”, ou seja, “[...] acender um alerta na sociedade para salvar vidas quando se fala em suicídio é tão complexo quanto o comportamento de uma pessoa com a intenção de tirar a própria vida (MELEIRO, 2021, *n.p.*).

## **2.7 Perspectiva da Sociologia**

Para a sociologia, o suicídio é multifatorial por envolver grande ecossistema de questões entrelaçadas, desde aspectos médicos, biológicos, psiquiátricos, psicológicos a elementos econômicos, microsociais, ambientais, entre outros. Identificada a motivação social para a conduta do indivíduo, diante da cadeia de relações estabelecidas pelo homem ao longo da vida e das várias fases do

crescimento, o suicídio apresenta elementos de composição do caráter coletivo (RODRIGUES NETO, 2018).

Durkheim (2003; 2011) exerceu um trabalho fundamental para edificar a Sociologia como uma ciência voltada para entender os fenômenos sociais, entre eles, o suicídio. De acordo com esse pensador, o ato suicida não possui apenas uma causa individual, envolve causas sociais, perpassando, mormente, pela instituição familiar, influencias altruístas e anômicas (no caso de consciências coletivas e moral enfraquecidas).

Com efeito, muitas foram as contribuições de Durkheim (2003) para desmistificar o suicídio. Esse autor observou que a educação, a fraca religiosidade e o nível de instrução tinham influência no cometimento do ato, justamente por embutir um sentimento de maior independência. Tal situação pôde ser observada entre o sexo masculino: quanto maior o grau de instrução, maior a possibilidade de identidade suicida, sob o fundamento de que, quanto maior a escolaridade, mais estressante a vida; maior o estresse mental e maior a probabilidade de o suicídio vir a ocorrer.

“Os fatos sociais são visualizados por indivíduos ou observados quando há tentativas de oposição e resistência às coerções sociais, uma vez que os fatos são externos e manifestados corriqueiramente” (RODRIGUES NETO, 2018, p. 643). Assim, o suicídio pode decorrer dos fatos sociais intimamente ligados ao indivíduo, sob a premissa de que “todo caso de morte [...] resulta diretamente ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vida” (DURKHEIM, 2011, p. 14).

Para Quintaneiro (2009), a sociedade moderna reduz os laços afetivos, familiares, religiosos e sociais ante a valorização das relações profissionais, subordinando o indivíduo a interesses materiais decorrentes das próprias necessidades de sobrevivência, as quais muitos não suportam. Marx (2006) comenta que a sociedade moderna é formada por um deserto habitado por bestas selvagens que vivem uma solidão em massa, o que torna os pares sociais estranhos, hostis e em tremenda competição impiedosa. A miséria, os baixos salários, o desemprego, as doenças debilitantes, o sufocamento social, as reprimendas, os acessos de desânimos, os sofrimentos familiares, as separações, o fracasso na escola, no trabalho, a solidão e a exploração econômica configuram-se importantes causas sociais do suicídio.

### 3 BREVES NOTAS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

#### 3.1 A segurança pública e os órgãos policiais

A violência urbana continua sendo um dos graves problemas sociais do Brasil, implicando a morte de mais de um milhão de vítimas há mais de três décadas. Esses resultados são apontados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), indicando que o País acumula 11% dos homicídios no mundo, sendo, em grande maioria, provocados por arma de fogo (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016).

A atuação policial em confrontos é um tema a ser considerado. É alta a letalidade no País decorrente da arriscada rotina, com taxas de mortes bem mais expressivas no Brasil do que em muitos países. Nesse ponto específico, Loche (2010) apresenta as formas pelas quais pode ser aferida a força letal: a primeira envolvendo a relação entre civis mortos e policiais mortos; a segunda, entre civis feridos e civis mortos pela polícia; e a terceira, o número de civis mortos pelas polícias em relação ao total de homicídios dolosos.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a questão econômica. Em 2018, o gasto com segurança pública foi superior a 90 bilhões de reais (CERQUEIRA, 2019), gastando o equivalente a países desenvolvidos. Esses dados indicam que há algo errado, pelo fato de não se conseguir conter a violência a despeito de tão vultosos gastos. Está-se diante de um modelo de segurança pública falido, especialmente quanto à organização policial e à administração de conflitos (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016).

Sob à ótica do Direito, a segurança pública é vista como um conceito que serve ao poder de polícia, tendo por escopo indicar a conduta do cidadão de acordo com os limites impostos pelo Estado, conforme a conduta do homem médio, consistindo, especificamente, “[...] numa situação de preservação ou restabelecimento daquela convivência social (ordem pública), da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e privado [...]” (SILVA, 2012, p. 111).

O Brasil impõe o conceito de segurança à luz do federalismo (BRASIL, 1988), devendo ocorrer a obediência pelos órgãos de segurança, Estados, Distrito Federal e Municípios de forma cooperativa. Especial atenção deve ser dada pelos organismos policiais com intercâmbio de informações, de forma a viabilizar a mais completa coleta

de informações, apuração dos fatos e coleta de provas, especialmente, nos casos de identificação de envolvimento policial em grupos de extermínio (RAMÃO, 2020).

Nesse contexto, convém falar das atribuições das polícias responsáveis pela segurança pública no Brasil<sup>1</sup>, de forma sucinta, a começar pela Polícia Federal. Ela é “instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira” (BRASIL, 1988) e destinada a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União (BRASIL, 1988, *n.p.*).

Já a Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, mantido e organizado pela União, tem por finalidade o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. A Polícia Ferroviária Federal, igualmente órgão permanente, organizado e mantido pela União, é estruturado em carreira, destinada ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. Quanto às polícias civis e militares, a primeira é dirigida por delegados de polícias de carreira e a ela cabem as funções de polícia judiciária na apuração das infrações penais (exceto militares), ressalvada a competência da União. À segunda incumbe o agir ostensivo e a preservação da ordem pública, enquanto o Corpo de Bombeiro é responsável pela execução de atividades em prol da defesa civil (BRASIL, 1988).

Destaca-se que os órgãos policiais desempenham importante função social. No contexto atual, a pandemia da Covid-19 tornou-se o maior desafio das forças de segurança desde a Segunda Guerra Mundial, uma vez que foi necessário mudar sua lógica de funcionamento, passando de “guerra contra o crime” para a de desenvolvimento de ações humanitárias (MATARAZZO; FERNANDES; ALCADIPANI, 2020).

Nesse sentido, o conceito de polícia mistura-se ao conceito de segurança pública, como serviço essencial prestado pelo Estado, que visa a responder às

---

<sup>1</sup> Sobre as atribuições das polícias responsáveis pela segurança pública no Brasil, ver: Brasil (1988) e Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (BRASIL, 2018).



insatisfações públicas decorrentes de ações arbitrárias na resolução de conflitos sociais.

Contudo, embora as forças policiais sejam responsáveis pela segurança pública no Brasil, sempre se faz pertinente citar, conforme Lei do SUSP (BRASIL, 2018, *n.p.*) Capítulo I – Disposições Preliminares/Artigo 2º, que “a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...]. Frisa-se, nesta citação, a expressão: “responsabilidade de todos”.

Outra força de segurança pública, a polícia penal atua nas esferas federal, estadual e municipal, e foi criada a partir da percepção do problema da segurança pública, fazendo emergir a necessidade de treinamento de pessoal e implementação de segurança específica nesses locais. Tais funções passaram a ser realizadas, portanto, pela polícia penal, sendo os cargos preenchidos por concurso, diante do que determina o artigo 4º da Emenda Constitucional nº 104 de 2019 (BRASIL, 2019). Marchiori *et al.* (2021) aclaram as funções da polícia penal e suas características de essencialidade e indelegabilidade, fazendo apontamentos sobre essa categoria no contexto de sua regulamentação.

Já o policial penal federal é o profissional que atua no âmbito de um órgão do executivo federal, acompanhando e controlando a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da política penitenciária nacional. Tais normativas/orientações são emanadas, principalmente, pelo próprio Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), e por Conselhos da República, como o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (DEPEN, *s.d.*). A manutenção da ordem e disciplina dos presos nas penitenciárias federais, bem como toda a segurança desses estabelecimentos, é função do policial penal federal (BARCELOS, 2020; TORRES, 2020; SILVA JÚNIOR, 2020 e 2021; DEPEN, *s.d.*).

### **3.2 O suicídio policial**

O suicídio policial está entre as principais causas de morte no mundo, havendo ainda poucos dados em relação ao Brasil (GOMES; ARAÚJO; GOMES, 2018). Não obstante, dos poucos estudos sobre o assunto, foram identificados como principais fatores para a ocorrência do ato suicida o estresse organizacional, traumas de incidentes críticos, trabalhos noturnos e problemas de relacionamento, aliados ao uso

e abuso de álcool, além de outros, como transtorno maníaco-depressivo, problemas conjugais, transtornos mentais, depressão e desesperança (PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020).

Estudo realizado com policiais no Estado do Rio de Janeiro indicou a associação do suicídio à insatisfação com a corporação, aliado à transferência do local de trabalho sem consentimento, baixo nível de integração social e sociabilidade, além de problemas com confiança interpessoal, sono e depressão. Em São Paulo foi identificado que a taxa de suicídios entre policiais militares é 5,7 vezes maior do que a taxa da própria população do estado paulista, e 6,5 vezes maior do que a taxa média nacional (PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020).

Em Santa Catarina, a faixa etária que mais cometeu suicídio esteve entre 40 a 47 anos, sendo que, de 2012 a 2016, foram constatados 14 suicídios de policiais militares dentre os 10.500 suicídios registrados no total. A maioria desses policiais era natural da região Sul e Sudeste, todos do sexo masculino, 12 tinham filhos, eram brancos, a maioria era casada, sendo predominante a instrução de segundo grau. O ato foi cometido, na maioria dos casos, na primeira década da carreira e em carreira de praças, especialmente soldados. Na maioria dos casos, a renda salarial era destinada ao pagamento de empréstimos ou dívidas financeiras. A facilidade de acesso às armas de fogo facilita o cometimento do ato, favorecendo a elaboração do plano suicida (PEREIRA; MADRUGA; KAWAHALA, 2020).

Além disso, determinados cargos e funções podem desempenhar não somente problemas mentais e transtornos psicológicos, mas, também, de saúde física, como problemas cardiovasculares, câncer, entre outros, assim como o desenvolvimento da Síndrome de Burnout, cuja manifestação se caracteriza por esgotamento emocional, redução da realização pessoal no trabalho e despersonalização do profissional (PÊGO; PÊGO; 2016). Isso indica que o espectro suicida é variável em cada grupo profissional, tanto que o estresse policial já foi associado à ideação suicida, sendo alta a porcentagem de atos que ocorrem dentro do horário e do ambiente de trabalho, entendendo que o ato praticado no trabalho vai bem mais além de uma mensagem de grande sofrimento, indicando que algo deve ser mudado, especialmente as questões de subalternação (FRANCO, 2018).

Shikida *et al.* (2021) procuraram analisar o suicídio policial por meio de percepções empíricas mediante estudo aplicado no Oeste do Paraná, mais especificamente nos batalhões da polícia militar dos municípios de Cascavel, Foz do

Iguaçu e Toledo. Houve a aplicação de questionários em 223 policiais militares (nível de confiança de 95% e margem de erro de 6%). A variável dependente se tratou do(a) policial militar ter pensado e/ou tentado suicídio (47% dos respondentes), contra nunca pensou nem tentou suicídio (53% dos respondentes). As variáveis significativas que explicaram a variável dependente foram: cuidados na infância, parente suicidou (características familiares); prática de esporte, teve depressão, faz uso de medicamentos (características de saúde); considera-se violento, angústia/pressão no trabalho, torce para time (características de temperamento); acredita em Deus (crença em Deus e religiosidade); experiência, assédio moral, viu colega praticar extorsão, acredita no judiciário (características do trabalho).

Os departamentos policiais, graças à organização hierárquica, tiram do subordinado o direito de criar e decidir, período em que o estresse surge, geralmente, na metade da carreira. Outro ponto que chama atenção é a falta de reconhecimento social, o que incomoda o profissional da segurança. Entretanto, nem todo policial submetido ao estresse se torna um paciente com transtorno mental, diante da possibilidade de entender a atividade profissional de duas formas: a primeira seria encarar a atividade profissional como algo positivo e libertador; e a segunda pode ser entendida como causa de muito sofrimento físico e emocional (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Portanto, o suicídio policial pode derivar de uma série de fatores interligados, agravados, especialmente, pelo desgaste físico e mental do agente, aliados a transtornos, bem como a insatisfações nas mais diversas áreas da vida, com grande contribuição pelo desgosto mantido com a própria profissão. Evidentemente, os dados não podem ser usados como genéricos, uma vez que há pontos positivos em alguns sentidos, mas fica o alerta acerca da efetiva necessidade de prevenção, adoção de políticas públicas e ações voltadas às próprias corporações e órgãos. Tais iniciativas devem visar não somente ao tratamento do agente, mas de todos que o cercam, especialmente a família. A visão quanto à necessidade de se comentar o assunto, tratar e prevenir seus agentes deve vir desde o hierárquico superior até a categoria mais principiante da carreira (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016; MIRANDA *et al.*, 2016).

Considerando que a corporação (nesse caso da polícia militar) possui práticas de socialização, isso pode gerar sentimentos de angústia e desamparo, promovendo o isolamento social devido à atividade desenvolvida, na qual tudo é um risco. E mesmo quando o policial está de folga, não consegue desligar-se do trabalho ou das questões

laborais, o que gera grande sofrimento psíquico (SILVA; BUENO, 2017; SHIKIDA *et al.*, 2021).

Torres (2018) e Marchiori *et al.* (2021) ressaltam que a atividade exercida nos ambientes prisionais, especialmente pelos policiais penais, pode contribuir para a ocorrência de doenças ocupacionais e envelhecimento precoce. É frequente, por exemplo, a ocorrência de enfermidades diagnosticadas, uso regular de medicamentos e tratamento de origem psicossocial do policial penal. Nesse contexto, não somente a caracterização de periculosidade e insalubridade dos locais de trabalho dessa classe estão relacionados com os problemas supracitados.

## 4 METODOLOGIA

Primeiramente, mediante autorização concedida pela Instituição A, o questionário piloto teve seu pré-teste no mês de setembro de 2021, com o cuidado e rigor técnico-sanitário que a fase pandêmica da Covid-19 (*COrona Vlrus Disease*, ano 2019) exigiu. Para a montagem do questionário (também foi suprimida a apresentação do questionário, pois o mesmo possibilita, com suas indagações, identificar a carreira policial que a presente dissertação sobreleva) houve a participação de professores universitários e psicólogos, sendo esse instrumento composto por 121 questões divididas em três blocos. Com a calibragem e aperfeiçoamento desse questionário, houve a aplicação no local de trabalho dos policiais da FSP durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2021, realizada por três profissionais (externos à classe – um professor, um mestrando e uma graduanda em Direito) devidamente treinados para esse fim (cada aplicação de questionário durou, em média, 40 minutos).

No trabalho de campo foram entrevistados 100 policiais da FSP.<sup>2</sup> Esse número de pesquisados(as) permitiu atingir, para a presente pesquisa, o nível de confiança de 90% e margem de erro de 6% [sobre a técnica de amostragem para população finita e sua aplicação ver, dentre outros: Bolfarine e Bussab (2005) e Shikida *et al.* (2020)]. Ademais, o questionário não era entregue ao respondente, servia de norte para o aplicador da pesquisa efetuar as perguntas, configurando-se no método de aplicação de questionário simultânea com uma entrevista, facilitando e maximizando a interação entre pesquisado e pesquisador.

Cabe ressaltar que todos os entrevistados assinaram e guardaram via individual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (também foi suprimida a apresentação do TCLE, pois o mesmo possibilita, com suas indagações, identificar a carreira policial estudada). Lado outro, esta pesquisa foi submetida “à apreciação do Serviço de Saúde e Qualidade de Vida – da Instituição A, que emitiu manifestação que foi acolhida pela Coordenação de Gestão de Pessoas e pela Diretoria Executiva da Instituição A”; ainda houve “manifestação favorável da Diretora-Geral da Instituição A por meio do Despacho (...)”.

---

<sup>2</sup> Mesmo não sendo escopo deste trabalho, foram entrevistados cinco profissionais não policiais que atuam dentro da Instituição A. Apesar disso, sua análise não foi possível posto não atingir um número suficiente para o tratamento econométrico proposto.

Dessa forma, preservou-se a ética do procedimento de pesquisa, procurando evitar, ao máximo, qualquer dano ou risco aos participantes, assegurando-lhes não só a confidencialidade e a privacidade, como a proteção da imagem, além de garantir a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da FSP.

Isto posto, para fins de organização da análise da distribuição de frequência das respostas dos(as) entrevistados(as), discutem-se os apontamentos obtidos a partir de três partes: 1ª) aspectos gerais dos pesquisados, como gênero, cor da pele, idade, local (Estado) de nascimento, religião, escolaridade, estado civil/filhos/esposa, características da criação e pais/família; 2ª) tipologia e aspectos da vida profissional; e, 3ª) características da vida pessoal dos entrevistados, como hábitos, práticas, costumes, ideação suicida e posições diante de temas como a morte e o suicídio.

Shikida *et al.* (2021) também fizeram o mesmo procedimento no trabalho sobre as percepções do suicídio da polícia militar. Ademais, esse tipo de metodologia de pesquisa empírica também foi utilizado por Schlemper (2018), Nickel (2019) e Amaral (2019). Todavia, em assuntos que não o suicídio, e sim em economia do crime, mediante aplicação de questionário seguida de entrevista com presos em estabelecimentos prisionais (regime fechado) ou com apenados de prestação de serviços e/ou pecuniária (regime aberto).

A partir da análise descritiva desses aspectos (5.1 Distribuição de frequência das respostas dos entrevistados – análise qualitativa), estimou-se um modelo quantitativo com o escopo de identificar quais variáveis afetam ou não a probabilidade de os respondentes terem pensado e/ou tentado suicídio (5.2 Resultados econométricos – análise quantitativa). Nesse pormenor, a estratégia empírica utilizada foi estimar, por máxima verossimilhança, um modelo *Logit* (GREENE, 2003), sendo a variável dependente caracterizada pela condição de o policial da FSP ter pensado e/ou tentado suicídio. O modelo estimado é apresentado na equação (1):

$$\text{Policial da FSP pensou (mas não tentou) e pensou e tentou suicídio} = \alpha + \beta_{1k}\text{características pessoais} + \beta_{2k}\text{família} + \beta_{3k}\text{saúde} + \beta_{4k}\text{temperamento} + \beta_{5k}\text{trabalho} + \beta_{6k}\text{instituições} + \varepsilon \quad (01)$$

Sendo  $k$  é o número de variáveis explicativas incluídas em cada um dos grupos de análise, a saber:

- i) características físicas/profissionais (variáveis extraídas de dados gerais);
- ii) família (variáveis extraídas de dados gerais, fatores biológicos, histórico de evento traumático e casos de suicídio);

- iii) saúde (questões relacionadas com fatores biológicos e dados pessoais);
- iv) temperamento (variáveis relacionadas com possível estresse emocional/ no trabalho e dados gerais);
- v) crença em Deus e religião (dados gerais);
- vi) trabalho (variáveis relacionadas com possível estresse emocional no trabalho, dados gerais e casos de suicídio); e,
- vii) judiciário (posicionamento técnico).

As variáveis para verificar quais são os determinantes para um policial da FSP ter pensado e/ou tentado suicídio estão no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das variáveis utilizadas no modelo para verificar quais os determinantes para um policial da FSP ter pensado em suicídio (ideação) e pensado e tentado suicídio (avançou na ideação)

Grupo	Variável	Descrição
Características pessoais	Gênero masculino	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado é do sexo masculino e (0) caso contrário.
	Cor branca	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado é da cor branca e (0) caso contrário.
	Idade 35	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado tem mais de 35 anos e (0) caso contrário.
Família	Família vivia em harmonia	<i>dummy</i> igual a (1) se a família do entrevistado vivia em harmonia e (0) caso contrário.
	Separado alguma vez	número de vezes em que foi divorciado/separado.
	Solteiro e já separou	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado está solteiro, mas já teve um relacionamento malsucedido e (0) caso contrário.
	Tem filhos	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado tem filho(s) e (0) caso contrário.
	Parente suicidou	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado possui algum familiar suicida e (0) caso contrário.
Saúde	Felicidade alta	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado indicou a nota de felicidade maior que 7 e (0) caso contrário.
	Pratica esporte	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado pratica esporte e (0) caso contrário.
	Teve depressão	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado teve depressão e (0) caso contrário.
	Faz uso de medicamento	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado faz uso de medicamentos e (0) caso contrário.
	Saúde sexual	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado considera que possui uma boa saúde sexual e (0) caso contrário.
Temperamento	Se considera violento	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado se considera violento e (0) caso contrário.
	Confronto físico	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado participou de confronto físico e (0) caso contrário.
	Agrediu em legítima defesa	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado já agrediu alguém em legítima defesa e (0) caso contrário.
	Pensou em atirar nas pessoas	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado já pensou em atirar nas pessoas e (0) caso contrário.
	Angústia por pressão no trabalho	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado sente angústia por pressão no trabalho e (0) caso contrário.
Trabalho	Curso preparatório	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado indicou nota no curso preparatório maior que 7 e (0) caso contrário.
	Quis ser policial da FSP	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado quis ser policial da FSP e (0) caso contrário.
	Experiência	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado tem mais de 10 anos de experiência na atividade da FSP e (0) caso contrário.
	Sonhou que a arma falhava	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado já sonhou que a sua arma falhava em um momento de ação e (0) caso contrário.
	Assédio moral	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado já sofreu assédio moral e (0) caso contrário.
	Presenciou policial da FSP morto em serviço	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado já presenciou policial da FSP morto em serviço e (0) caso contrário.
	Conheceu policial da FSP morto em serviço	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado conheceu policial da FSP morto em serviço e (0) caso contrário.
	Amigo policial da FSP suicidou	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado teve amigo policial da FSP que suicidou e (0) caso contrário.
Instituições	Acredita no judiciário	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado acredita na efetividade do judiciário e (0) caso contrário.
	A favor da redução da maioria penal	<i>dummy</i> igual a (1) se o entrevistado é a favor da redução da maioria penal e (0) caso contrário.
	Nota prática religiosa	nota autodeclarada para a prática religiosa – a pessoa responde dando uma nota, sendo 0 (o mínimo) e 9 (o máximo).

Fonte: elaboração do autor (2022).

Cumprе destacar que a análise foi feita estimando modelos separados por grupo, em função do grau de liberdade dado pelo número de entrevistados. A especificação de suas *dummies* [variável binária que toma o valor de “zero” ou “um”, conforme a presença ou ausência de qualidades/atributos (GREENE, 2003)] estão descritas no Quadro 1.



## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para facilitar a compreensão dos resultados, eles foram divididos em duas partes, sendo a primeira a análise da distribuição de frequência das respostas dos entrevistados (análise qualitativa); e a segunda, a análise dos resultados econométricos (análise quantitativa).

### **5.1 Distribuição de frequência das respostas dos entrevistados**

#### **5.1.1 Aspectos gerais dos entrevistados**

Em uma análise geral dos entrevistados, pode-se aferir que 84% foram homens e 16% mulheres (doravante neste trabalho, e sem teor de menoscabo, a referência será para o gênero masculino, respeitando o gênero feminino), sendo brancos 57%, pardos 35%, negros e amarelos 4% cada. Diante desse contexto duas perguntas adicionais foram feitas: se o policial da FSP já sofreu discriminação pela cor de sua pele (passado), e se ainda sofre isto (presente). Para 25% dos respondentes já houve discriminação motivada pela cor da pele, sendo que para 11% isso ainda ocorre.

Embora os índices apontados sejam percentualmente menores e tenham declinado ao longo do tempo, nada justifica qualquer tipo de discriminação em tempos pretéritos, quanto mais atualmente (nesse caso assentada na cor da pele, em particular contra pessoas negras). Cabe citar que alguns entrevistados disseram ter sofrido, e ainda sofrem, discriminação por conta de sua origem e/ou pela identidade de gênero.

Com relação à faixa etária dos pesquisados obteve-se a seguinte graduação (do maior para o menor percentual): 40 a 44 anos (26%); 45 a 49 anos (25%); 35 a 39 anos (21%); 30 a 34 anos (14%); 50 a 54 anos (7%); 60 a 64 anos (3%); 25 a 29 anos (2%); e 55 a 59 anos (2%). Analisando as medidas de tendência central (média, moda e mediana – sobre isto, ver: Hoffmann, 2006) das idades dos pesquisados, tem-se que a média (somou-se todas as idades e dividiu-se por cem – o número cem corresponde ao total dos entrevistados) foi de 41,88 anos, a mediana (representa o valor central das idades manifestadas) foi de 42 e a moda (o valor mais frequente das idades dos pesquisados) foi de 40. Denota-se, portanto, uma idade mais centrada na faixa do adulto maduro.

Com relação ao local de nascimento dos respondentes, a maioria nasceu no Paraná (34%), Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (13% cada), Pernambuco (4%), Bahia, Goiás e Santa Catarina (3% cada), Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Pará (2%), sendo que outros estados somaram 6%. Nasceram na zona urbana 87%, enquanto 13% nasceram na área rural.

Sobre a religião declarada, 50% afirmaram ser católicos, 13% evangélicos, 5% espíritas, 2% protestante e 1% religião judaica; 29% disseram “sem religião”. Excluindo-se os “sem religião”, quando questionada a prática religiosa durante a entrevista, 44% disseram ser praticantes, 41% praticam algumas vezes e 15% não praticam a religião que professaram ter. Sobre a questão acreditarem ou não em Deus, 82% disseram que sim, 15% disseram que não acreditam e 3% acreditam algumas vezes.

No tocante ao grau de escolaridade, 57% possuem ensino superior completo, 38% pós-graduado, 3% médio completo e 2% superior incompleto. Contudo, ter ou não um determinado grau de escolaridade pode ser vago, sendo perguntado também se as pessoas entrevistadas se consideravam(ram) estudantes aplicados. Assim, 61% se consideravam(am) estudantes aplicados, enquanto 31% se consideravam(am) estudantes aplicados em termos. Os demais (8%), não se consideravam(am) estudantes aplicados. Delimitando somente os que não possuem curso superior, a falta de estrutura e a necessidade de estabilidade financeira com o ofício da FSP em questão foram os motivos mais citados para interromperem os estudos. Em suma, o quadro apresentado para o grau de escolaridade da classe de pesquisados é elevado.

O estado civil mostrou que 60% dos entrevistados são casados ou em união estável (dentro das formalidades estabelecidas no Código Civil), porém, nunca se separaram antes; enquanto 20% são casados (ou em união estável), mas que já se separaram antes. Nessa mesma linha, considerando as pessoas pesquisadas que manifestaram serem solteiras, 14% já se separaram antes e 6% não tiveram qualquer forma de união conjugal anterior. Nesse quadro, constata-se que 34% da classe pesquisada já se separou, pelo menos uma vez, antes do atual estado civil declarado.

Ainda no contexto familiar, 67% declararam ter pelo menos um(a) filho(a). Ademais, tanto no caso de casados como de descasados, a maioria se considera(va) bons companheiros. Atualmente cerca de 54% dos pesquisados moram com esposas e filhos, 20% com as esposas, 20% moram sozinhos, 4% moram com os filhos, 1% com a mãe e 1% mora com esposa, filhos e outro parente. Daqueles que possuem

cônjuges, 79% deles trabalham, sendo a média salarial dos cônjuges de R\$5.265,00. Possuem os dois pais vivos 55% dos respondentes, sendo que para 35% um dos pais já faleceu e para 10% ambos – pai e mãe – já falecerem.

Nos casos mencionados, pais vivos ou não, constatou-se que a maioria dos genitores é/ou foi casada (quando vivos), com maior concentração do grau de escolaridade relativo ao ensino médio completo (35% no caso da mãe e 34% no caso do pai), seguido de ensino superior completo e fundamental incompleto (20% no caso da mãe e 22% no caso do pai, respectivamente). Cabe citar que para 13% dos pesquisados já houve a perda de um filho, considerando também os casos de idade gestacional.

Para 77% dos entrevistados suas criações infanto-juvenis foram tranquilas, para 93% não houve a necessidade de medicamentos de uso prolongado durante sua criação (relacionada com morbidades crônicas). Sofreram algum tipo de violência familiar/doméstica cerca de 33% dos respondentes, sendo que para esse contingente (33%), 47% foram casos de violência física (citadas, mormente, as “surras” que levaram dos genitores/pais, todavia, nada que caracterizava espancamentos), 24% violência psicológica, 22% violência moral e 7% patrimonial. A maioria não tem antecedentes criminais (até 4º grau) na família.

Sobre a harmonia familiar vivida pelo policial da FSP atualmente, procurando captar sua percepção qualificada, foi perguntada qual a nota [variando de 0 (mínima) a 9 (máxima)]<sup>3</sup> que ele daria ao quesito supra. Nesse sentido, 39% dos respondentes deram nota 8, 27% deram nota 7, 22% nota 9, 9% nota 6, e 3% nota 5. Com o quadro obtido, o maior contingente (88%) – ressaltando o somatório dos três maiores percentuais – posicionou-se no agregado de notas muito boa, boa e ótima, respectivamente. Acrescentando que nenhuma nota dada ficou abaixo da mediana, é possível qualificar, de maneira geral, um cenário de harmonia familiar positivo no caso desses pesquisados.

Em linhas gerais, constata-se no primeiro bloco de análise que a maioria está na faixa dos 40 a 49 anos de idade (51%) – uma idade considerada adulta madura; autodeclararam-se de cor branca (57%); nasceram principalmente nos estados do

---

<sup>3</sup> Uma caracterização para expressar a escala desses números (como estratégia, isso não foi mencionado durante a entrevista) é a que se segue: nota 0 = péssima; nota 1 = muito ruim; nota 2 = ruim; nota 3 = bem abaixo da mediana; nota 4 = abaixo da mediana; nota 5 = acima da mediana; nota 6 = bem acima da mediana; nota 7 = boa; nota 8 = muito boa; nota 9 = ótima.

Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (73% no agregado), majoritariamente originários de áreas urbanas. Cerca de 50% disseram ser católicos (mas com prática religiosa variando entre frequente e algumas vezes); possuem qualificação escolar elevada, com ensino superior completo, sendo alguns inclusive pós-graduados, ademais 61% se consideravam estudantes aplicados. A maioria está casada (mas que nunca separou antes), tem filho(s) e se considera(va) bons companheiros no atual estado civil ou no anterior. De modo geral, a fase infanto-juvenil dos pesquisados pode ser considerada tranquila, enquanto o cenário atual de harmonia familiar pode ser apontado, ao que tudo indica, como positivo.

### **5.1.2 Tipologia e aspectos da vida profissional**

Nesta parte serão destacados aspectos como o desejo de serem policiais da FSP, tempo de serviço, principais funções exercidas, curso de formação, salário, relacionamento com colegas de trabalho, participação em confrontos, arma, assédio, descumprimento de função, angústia por pressão no trabalho e conhecimento de policial da FSP assassinado.

O bloco seguinte destaca sentimentos alusivos à profissão, como represália por parte das organizações criminosas, qual o principal temor no exercício da profissão de policial da FSP, o que o Estado pode fazer para diminuir esse temor, valorização da categoria, um dos exercícios do ofício (“convivências” no trabalho), qual a política que deve ser feita para a melhoria dessa categoria, e qual a palavra que melhor o define.

#### **5.1.2.1 Primeiro bloco**

Com relação à tipologia e aspectos da vida profissional, 9% dos entrevistados tinham como desejo serem policiais da FSP, sendo que dentre os principais motivos elencados para sustentação dessa aspiração aparecem a estabilidade financeira (44,4%), concurso público (44,4%) e necessidade (11,1%). Não obstante, a maioria (91% dos entrevistados) não tinha o desejo de serem policiais da FSP, estão nesse cargo devido: concurso público (40,65%); estabilidade financeira/questão salarial (31,86%); oportunidade (9,89%); falta de escolha (4,39%); necessidade (3,29%)

(vários outros motivos somaram 9,89%). Nota-se que algumas justificativas se adequam para ambos os casos.

Cerca de 41% entraram para a FSP no ano de 2006; 24% em 2017; 20% em 2009; 6% em 2010; 4% em 2014; 3% em 2011; e 2% em 2019. Cerca de 70% dos pesquisados têm mais de dez anos de policial, enquanto 30% têm menos de dez anos nessa profissão.

As principais funções que os pesquisados exercem convergiram para a área de segurança (35%) e plantão (19%), comuns à profissão. Existem ainda várias outras que foram citadas nesse quesito como, por exemplo, no exercício de funções administrativas (recursos humanos, licitações, patrimônio etc.), jurídica, manutenção, inteligência etc.

Sobre o curso de formação dado para esses profissionais, foi perguntado qual a nota [sempre variando de 0 (mínima) a 9 (máxima) – seguindo a mesma qualificação destacada em nota de rodapé da página 46] que o policial da FSP dá para seu curso. Como resultado, 41% dos respondentes deram nota 8, 25% deram nota 7, 22% nota 9, 6% nota 6, 4% nota 5, 1% nota 4, e 1% nota 3.

Diante das notas dadas, observa-se que o maior contingente (88%) – ressaltando novamente o somatório dos três maiores percentuais – posicionou-se no agregado muito bom, ótimo e bom, respectivamente. Mesmo com 2% das notas se encaixando na gradação bem abaixo da mediana e abaixo da mediana, nenhum caso foi citado para as notas péssima, muito ruim ou ruim. Isso denota que o curso de formação ministrado aos policiais da FSP foi, de modo geral, de nível elevado, conforme os respondentes.

Com o mesmo parâmetro numérico para qualificar sua percepção, dessa vez foi perguntado qual a nota para seu salário. Como corolário, 33% dos respondentes deram nota 7; 27% deram nota 6; 18% nota 5; 10% nota 8; 8% nota 9; 3% nota 4; e 1% nota 3. Nota-se que agora o maior contingente (78% – um pouco inferior aos casos anteriores, sempre ressaltando o somatório dos três maiores percentuais) posicionou-se no agregado bom, bem acima da mediana e acima da mediana, respectivamente. Não existiu apontamentos na gradação péssimo, muito ruim e ruim.

Destarte, a percepção predominante sobre o salário do policial da FSP, expresso por eles mesmos, está na faixa acima da mediana até a faixa boa, ou seja, pode ser considerada satisfatória. Complementarmente, 75% não aumentam sua renda com outras atividades legais (como no exercício da docência ou em outros

ofícios, que não prejudicam a atividade na Instituição), enquanto 25% lecionam ou realizam outra atividade complementar.

Quanto ao relacionamento com colegas de trabalho, procurando caracterizar as interações criadas pelos colaboradores dentro da empresa, as notas dadas pelos pesquisados foram as seguintes: 33% dos respondentes deram nota 8; 28% deram nota 7; 16% nota 6; 13% nota 9; 7% nota 5; 2% nota 3; e 1% nota 4. Constata-se que o maior contingente (77%) se posicionou no agregado muito bom, bom e bem acima da mediana, respectivamente. Apenas o agregado de 3% das respostas pontuou para a gradação bem abaixo da mediana (2%) e abaixo da mediana (1%). O que se pode observar, a partir da análise desses dados, é que o relacionamento com colegas de trabalho está ocorrendo de forma mais positiva do que negativa, conforme as opiniões manifestadas.

Detalhando ainda mais a vivência profissional desses pesquisados, indagou-se sobre a participação em algum tipo de confronto, por pelo menos uma vez durante o exercício de sua função. Como resultado, 31% policiais da FSP já participaram de algum tipo de confronto físico, sendo que desses 3% saíram feridos. Em relação aos confrontos armados (considerando-se também o uso da arma “taser”), 7% já participaram desse tipo de confronto, não existindo nenhum ferido para esses casos.

Fazendo uma comparação, respeitadas as funções peculiares de cada categoria, Shikida, Souza e Pereira (2020) realçaram que 62,3% dos policiais militares, de uma amostra para o Oeste do Paraná, já participaram de confrontos armados, enquanto 79% participaram de confrontos físicos. Para Shikida e Miyazaki (2022), as várias modalidades de policiamento militar englobam a repressão célere, mais propícia para conflitos, já os policiais da FSP apresentam outra função constitucional.

Novamente reportando ao estudo de Shikida *et al.* (2020, p. 97), uma pergunta feita para policiais militares de uma amostra do Oeste do Paraná – qual seja, “[...] se já sonhou que sua arma não funcionou no momento de disparar?”, cuja resposta foi que “[...] 78% já sonharam, pelo menos uma vez, que a arma não funcionou” –, foi aplicada neste estudo. Segundo esses autores, esse tipo de indagação, notadamente para profissionais no exercício de atividades policiais, tem relação (dentre alguns significados possíveis) com o sentimento de pressão, pois no sonho a pessoa é levada a atirar, porém, ressalta também o sentimento de impotência, conquanto a arma não tenha funcionado.

Assim, para 59% dos pesquisados na FSP esse tipo de sonho já aconteceu, alguns inclusive citando que tal sonho teve mais do que uma ocorrência. Mesmo sendo temerário fazer qualquer alusão quanto ao resultado obtido, principalmente tendo como parâmetro o dado obtido para outra classe policial (militar) (SHIKIDA *et al.*, 2020), 59% dos policiais da FSP terem tido o mesmo sonho merece reflexão. Com efeito, para quem teve pouca atividade de confronto armado (conforme visto anteriormente), ou mesmo confronto físico, é de se indagar por que um percentual tão expressivo de policiais da FSP teve a ocorrência de um determinado tipo de sonho que notadamente implica em confronto? Remonta-se que para os policiais militares reportados anteriormente esse índice foi de 78%.

Nesse contexto, uma relação plausível e muito realista pode estar ligada ao fato de serem profissionais visados pelas organizações criminosas. Inclusive, é de domínio público que profissionais que trabalhavam na FSP foram assassinados como represália às ações do Estado no enfrentamento a uma organização criminosa.

Procurando ampliar as percepções da vida profissional dessa classe, foram perguntadas uma série de questões que podem subsidiar/esclarecer algumas perspectivas do objeto maior deste trabalho – que é o suicídio policial da FSP. Indagou-se, por exemplo, se este profissional já foi assediado moralmente no seu local de trabalho; se já ouviu (ressaltando o sentido da audição) falar em descumprimento da função na FSP; se já viu (ressaltando o sentido da visão) um colega de trabalho descumprir função; se já sofreu angústia por pressão do trabalho; se já presenciou um policial da FSP morto em serviço; e se já conheceu um policial da FSP morto em serviço.

Os resultados dessas questões (pontuando os percentuais positivados) foram os que se seguem: 34% já foram assediados moralmente; 84% já ouviram falar em descumprimento da função na FSP, mas apenas 34% viram um colega de trabalho descumprir função. Disseram ter sofrido angústia por pressão do trabalho 70%, 19% já presenciaram um policial da FSP morto em serviço e 72% conheceram algum policial da FSP morto em serviço. De modo geral, tais dados revelam que estratégias devem ser feitas para que a Instituição A possa minimizar problemas como assédio moral, descumprimento da função e angústia por pressão do trabalho, fatores contraproducentes para o exercício do trabalho.

### 5.1.2.2 Segundo bloco

Por último, mas não menos importante, o bloco final de questões feitas aos entrevistados da FSP sobre aspectos gerais, procurou averiguar alguns sentimentos alusivos à profissão. As questões procuraram saber se o pesquisado já sonhou com represália por parte das organizações criminosas; qual é o principal temor ao exercer sua profissão (caso tenha); relacionado a esse temor, o que o Estado pode fazer para diminuí-lo; foi indagado se os policiais da FSP são valorizados; sobre suas “convivências”, qual palavra que melhor define essa relação; qual a principal política que deve ser feita para a melhoria da categoria; e qual a palavra que define o policial da FSP.

As respostas para o sonho com represália por parte das organizações criminosas evidenciaram que 52% dos entrevistados já tiveram esse tipo de sonho, alguns mais de uma vez. Para 48%, esse sonho nunca existiu. Da mesma forma que a indagação sobre o sonho que a arma não funcionou, em que 59% dos pesquisados tiveram esse tipo de sonho, alguns inclusive citando que tal sonho teve mais do que uma ocorrência, com percentuais muito próximos aferidos (52% e 59%), é de se ressaltar que uma forte pressão está recaindo sobre a categoria pesquisada.

Sobre o fato de existir ou não um temor principal ao exercer a profissão em foco, apenas 4% disseram não ter temor algum, enquanto 96% afirmaram tê-lo. Ao serem indagados sobre qual seria esse principal temor, as principais respostas foram: sofrer um atentado/ser assassinado (51%); sua família ser vítima de um atentado (24%); ocorrer uma invasão no local de trabalho (8%); outras respostas (17%).

Relacionado com os temores citados anteriormente, sobre o que o Estado pode fazer para diminuí-los, as respostas dadas pelos entrevistados se dividiram entre 70% que apontaram para alguma solução, enquanto 30% acreditam não haver nada que o Estado possa fazer nesse sentido. Para os 70% que acreditam em soluções por parte do Estado para diminuir os temores mencionados pelos policiais da FSP, as maiores frequências das respostas foram compiladas nos seguintes blocos: acolher/amparar/ajudar/aprimorar/melhorar a estrutura e segurança/investir no efetivo/capacitar-treinar/atuar em conjunto com a FSP (52,9%); leis e punições exemplares para aqueles que ameaçam a FSP (ou outras forças policiais) (20%); reconhecer o policial da FSP/valorizar/ouvir mais (8,6%); outras respostas (18,5%).



Quanto à questão se a classe é valorizada, para 95% dos respondentes não são valorizados, enquanto para 5% isso ocorre (devido fatores como risco que enfrentam, respeito, salário, reconhecimento e treinamento). As maiores frequências das respostas apontadas para justificar a não valorização supracitada foram: são profissionais desprezados/desrespeitados/desvalorizados/abandonados (26,3%); são marginalizados pela sociedade ou pelo próprio Estado/são estigmatizados pela sociedade (17,9%); não há reconhecimento do trabalho da classe (14,7%); por mais que façam são invisíveis aos olhos da sociedade/sentido de desconhecimento (10,5%); carreira não regulamentada (9,5%); falta estrutura (7,4%); falta marketing, divulgação de quem é o policial da FSP (4,2%); outras respostas (9,5%).

Sobre o exercício de um dos ofícios da FSP (“convivências” na seara de sua atuação), a palavra que melhor define essa relação mostrou a seguinte frequência de respostas compilada em blocos: angustiante/desagradável/desgastante/desmotivante/perigosa/ruim/tensa/conflituosa (27%); respeito/ética/disciplina/educação/impessoalidade (20%); profissional (17%); amistosa/tranquila/boa/pacífica/harmoniosa (14%); trabalho normal/legal/obrigatório (12%); uma relação que requer cautela/cuidado/paciência (7%); outras respostas (3%). Nota-se, pois, polos distintos para a definição dessa relação, que evidencia um caráter ambíguo, mesmo os termos negativos sendo minoritários.

Quando indagados sobre a principal política que o Estado deve fazer para a melhoria da categoria, as maiores frequências das respostas compiladas em blocos foram: estruturar a carreira da FSP/falta regulamentação e tratamento isonômico (30%); valorizar a categoria (25%); melhorar vários aspectos da administração das penitenciárias – automatizar, capacitar mais, ouvir mais, distribuir melhor os recursos, melhorar a infraestrutura, colocar as pessoas de carreiras em postos de direção ocupados por outros profissionais (19%) –; melhorar o reconhecimento do profissional, ainda “invisível” para a sociedade (6%); melhorar a remuneração (5%); investir mais recursos na FSP (5%); direcionar um especial cuidado da saúde física e mental da classe (3%); não se tem nada a fazer (2%); outras respostas (5%). Tais apontamentos servem, indubitavelmente, para políticas que busquem a melhoria da categoria, valorizando-a.

As palavras (compiladas em blocos) que mais foram citadas pelos entrevistados para melhor definir o policial da FSP foram: guerreiro/abnegado/corajoso/forte/herói/resiliente/persistente (22%); trabalhador

(21%); profissional abandonado/desmotivado/esquecido/frustrado/iludido/injustiçado/invisível/vive em risco (15%); profissional importante para a sociedade, necessário para a sociedade (13%); profissional disciplinado/digno/esperançoso/em evolução/com um missão/respeitoso (12%); que exerce a segurança (3%); um sofredor, um “nada”, um guardião do inferno (3%); outras respostas (11%). Percebe-se polos distintos para a definição do policial da FSP, ressaltando um caráter dúbio, mesmo os termos negativos sendo minoritários.

### **5.1.3 Aspectos da vida pessoal dos entrevistados**

Nesta parte serão destacados alguns aspectos da vida pessoal dos entrevistados, com ênfase nos hábitos, práticas, costumes, ideação/tentativa suicida e posições diante de temas como a morte e o suicídio.

Assim, algumas questões relacionadas ao tabagismo, consumo de bebidas alcoólicas e drogas foram feitas aos policiais da FSP. Isso é importante porque o vício relacionado com esses produtos causa dano real à saúde, seja fisicamente ou mentalmente. Nesse contexto, cerca de 67% dos pesquisados fazem uso de bebidas alcoólicas de vez em quando (amiúde, em vários momentos nas entrevistas foi feita a assertiva de “beber socialmente”, sem alusão à dependência), 17% não fazem uso de nada alcoólico e 16% disseram que bebem frequentemente. Sobre o consumo de cigarro, 91% não fumam, 6% fumam rotineiramente e 3% fumam de vez em quando.

Com relação à prática ou não de alguma atividade esportiva, 79% dos entrevistados disseram que a realizam com frequência, 11% praticam de vez em quando e 10% não praticam nenhuma atividade esportiva. Os entrevistados foram indagados também sobre o fato de frequentarem ou não algum clube recreativo ou agremiação, 56% disseram não os frequentar, ao passo que 38% disseram que frequentam de forma rotineira e 6% apenas de vez em quando. Indagados sobre a prática de alguma atividade de lazer, 64% disseram praticar com frequência, 33% praticam lazer de vez em quando e 3% não realizam qualquer atividade nesse sentido.

Conforme depoimentos, 88% não se consideram pessoas violentas, 3% disseram ser violentos, enquanto 9% se consideram violentos, mas, de vez em quando. Nessa seara, 48% já agrediram alguém em legítima defesa, enquanto 52% nunca agrediram alguém nessa condição. Quando a pergunta foi feita para agressões

físicas intempestivas, 23% dos entrevistados já fizeram isso, enquanto 77% nunca tiveram tal atitude.

Quando indagados sobre o hábito de viajar, 47% disseram que viajam de forma frequente, 42% viajam de vez em quando e 11% não têm tal hábito. Possuem automóvel 92% dos respondentes, enquanto 68% possuem casa própria. Cerca de 73% já tiveram problemas financeiros, sendo que 22% ainda têm esse tipo de problema. Aqueles que manifestaram como lidam(ram) com as dificuldades financeiras, as principais formas são(foram): economizar (36,5% das ocorrências); pedindo empréstimos (13,5%); mediante reorganização (12,2%); trabalhando mais (10,8%); estudando mais (9,5%); e outras formas (17,5%).

Sobre as condições físicas e sexuais dos entrevistados, o estado físico está adequado para 65% dos policiais da FSP, mais ou menos para 27% e não está adequado para 8%. Na parte sexual, o quadro é de uma condição sexual adequada para 84% dos respondentes, mais ou menos para 14%, enquanto para 2% essa condição não está adequada.

Quando indagados sobre qual nota dariam para sua felicidade, procurando captar a posição da FSP sobre um sentimento que pode “[...] ser preliminarmente definido como o prazer de viver, incluindo a reflexão que cada um faz de sua própria história” (RODRIGUES; SHIKIDA, 2005, p. 82), as notas dadas foram as seguintes: 40% dos respondentes deram nota 7; 28% deram nota 8; 13% nota 6; 9% nota 9; 6% nota 5; 3% nota 4; e 1% nota 3. Constata-se que o maior contingente (81%) se posicionou no agregado bom, muito bom e bem acima da mediana, respectivamente. Apenas o agregado de 4% das respostas pontuou para a gradação abaixo da mediana (3%) e bem abaixo da mediana (1%). Constata-se, a partir da análise desses dados, que a percepção dos policiais da FSP sobre sua felicidade está posicionada mais no extrato superior.

Ainda no contexto da felicidade, quando indagados sobre quais as palavras que poderiam resumir esse estado de espírito, como destaques principais apareceram: família (49%); paz/bem-estar/tranquilidade (12%); saúde (7%); Deus (6%); harmonia (5%); outras palavras (21%). Relacionado com o contexto supra, quando indagados para definirem a palavra vida, as respostas dadas pelos entrevistados com as maiores frequências foram: alegria/felicidade (17%); Deus (10%); amor (9%); família (9%); essencial/preciosa (8%); caminho/processo (7%); oportunidade/missão (5%); tudo (5%); outras respostas – bem dispersas (30%).

Mediante a impossibilidade de se entrevistar alguém que cometeu suicídio, a indagação que permite captar a percepção sobre o suicídio seguiu a mesma estratégia de Shikida *et al.* (2020, p. 87), qual seja: “você já pensou em suicídio? Sim, apenas pensei (ideação suicida, sem tentativas); sim, pensei e tentei (efetivação suicida, sem sucesso); não, nunca pensei (ausência da manifestação de ideação suicida)”. Neste estudo as respostas foram: 49% já pensaram em suicídio; 6% já tentaram suicídio; e 45% nunca pensaram nesse ato.

Tais percentuais obtidos para uma amostra representativa de policiais da FSP apontam para o conjunto da ideação suicida, mais a ideação suicida com tentativa frustrada, superior à ausência de ideação suicida. Um quadro preocupante e mais grave do que o obtido por Shikida *et al.* (2020), em que 45% dos policiais militares de uma amostra do Oeste do Paraná já pensaram em suicídio, 2% já tentaram suicídio e 53% nunca pensaram nesse ato.

Orbitando sobre a indagação de suicídio, foram questionadas a relação com casos de suicídio por meio das seguintes perguntas: já teve algum colega que suicidou; já teve algum amigo que suicidou; já conheceu algum policial da FSP que suicidou; já teve algum parente que suicidou? As respostas afirmativas foram: 57% tiveram colega (não da FSP) que suicidou; 28% tiveram amigo (não da FSP) que suicidou; 97% conheceram um policial da FSP que suicidou (sendo que 42% disseram que eles eram amigos); e 14% tiveram um parente que suicidou.

Relacionado com esse contexto, quando indagados para definirem a palavra morte, as respostas dadas pelos entrevistados com as maiores frequências foram: fim (32%); tristeza (13%); passagem (10%); desconhecido/mistério/incerteza/enigma (5%); natural (4%); renascimento (4%); falta de Deus/fé (3%); perda (3%); e outras – bem dispersas (26%). Sobre a palavra suicídio, foco maior desta pesquisa, as respostas dadas pelos entrevistados com as maiores frequências foram: desespero (24%); tristeza (8%); algo muito ruim/pior situação/uma desgraça (6%); fim (6%); fraqueza (6%); angústia (5%); desistência (4%); alívio (3%); depressão (3%); dor (3%); fuga (3%); coragem (2%); erro (2%); escolha (2%); falta de fé (2%); frustração (2%); outras respostas (19%).

Feita a análise da distribuição de frequência das respostas (destacando em três blocos os aspectos gerais dos policiais da FSP, a tipologia/aspectos da vida profissional e algumas características da vida pessoal dos entrevistados) o próximo subitem trata dos resultados econométricos, procurando verificar e analisar quais são

as variáveis determinantes para explicação da ideação/tentativa de suicídio por parte dos pesquisados.

Ressalta-se que o subitem dos resultados econométricos vai mais além da análise qualitativa observada na distribuição de frequência (sem nenhum demérito), posto que mediante a estimação de um modelo quantitativo será possível identificar quais variáveis afetam ou não a probabilidade de os respondentes terem pensado e/ou tentado suicídio. Todavia, somente os resultados quantitativos não revelam a amostra estudada. Desse modo, os resultados e discussão, dispostos no subitem qualitativo e quantitativo, não são excludentes, e sim complementares.

## 5.2 Resultados econométricos

Conforme exposto na metodologia, seguindo modelo utilizado por Shikida *et al.* (2020), a estratégia empírica utilizada neste estudo foi estimar por máxima verossimilhança um modelo *Logit* (GREENE, 2003), em que se considerou na variável dependente o agregado de o policial da FSP apenas pensar em suicídio e pensar e tentar suicídio (essas respostas somaram 55%, de acordo com a pesquisa de campo feita – sendo que 49% pensaram em suicídio, enquanto 6%, além de pensarem, tentaram suicídio). Nesse sentido, foram consideradas como variáveis independentes as características pessoais, características das alçadas familiar, de saúde, de temperamento, do trabalho e das instituições.

O modelo estimado seguiu a equação 1 (exposta também na metodologia). Nessa equação,  $k$  é o número de variáveis explicativas situadas em cada um dos grupos de análise. Assim, as características pessoais foram extraídas de dados como gênero masculino, cor branca, idade 35; da alçada familiar (família vivia em harmonia, separado alguma vez, solteiro e já separou, tem filhos, parente suicidou); da saúde (felicidade alta, pratica esporte, teve depressão, faz uso de medicamento, saúde sexual); do temperamento (se considera violento, confronto físico, agrediu em legítima defesa, pensou em atirar nas pessoas, angústia por pressão no trabalho); do trabalho (curso preparatório, quis ser policial da FSP, experiência, sonhou que a arma falhava, assédio moral, presenciou policial da FSP morto em serviço, conheceu policial da FSP morto em serviço, amigo policial da FSP que suicidou); e das instituições (acredita no judiciário, a favor da redução da maioria penal, nota da prática religiosa).

Frisa-se que as variáveis selecionadas são frequentemente utilizadas pela literatura correlata como fatores relacionados com o suicídio (SHIKIDA; ARAUJO JUNIOR, GAZZI, 2007; SANTOS, 2007; FINAZZI-SANTOS; SIQUEIRA, 2011; DURKHEIM, 2011; FERREIRA JUNIOR, 2015; LESTER, 2015; DUTRA *et al.*, 2018; TEIXEIRA; SOUZA; VIANA, 2018; MINOIS, 2018; SHIKIDA *et al.*, 2020; ALCADIPANI *et al.*, 2020; OLIVEIRA; AMORIM; JACINTO, 2021; MOUTIER, 2021).

Isto posto, foram realizadas seis estimações: a primeira considerando os aspectos relacionados com as características pessoais dos entrevistados; a segunda com informações da alçada familiar; a terceira com variáveis relacionadas com a saúde; a quarta com características ligadas ao temperamento; a quinta com variáveis ligadas com a atividade laboral em si; e a sexta com questões relativas às instituições. Em todos os modelos foram utilizadas as 100 observações, ou seja, as 100 aplicações de questionários seguidas de entrevistas realizadas estão computadas neste procedimento econométrico.

Feita a identificação dos principais fatores que caracterizam os indivíduos que declararam ter pensado e alguns tentado suicídio, o próximo passo foi analisar se esses aspectos são estatisticamente significativos na determinação desse sentimento para os entrevistados. A seguir são expostos os resultados e, ao final, feitas as discussões pertinentes com a visão geral das seis estimações (Tabela 1).

Tabela 1 – Efeitos marginais do modelo *Logit* estimado pelo método de máxima verossimilhança sobre a possibilidade de um policial da FSP ter pensado em suicídio (ideação) e pensado e tentado suicídio (avançou na ideação)

Variáveis	Características pessoais	Família	Saúde	Temperamento	Trabalho	Instituições
Gênero masculino	-0,190 (0,131)	-	-	-	-	-
Cor branca	-0,048 (0,102)	-	-	-	-	-
Idade 35	0,178 (0,140)	-	-	-	-	-
Família vivia em harmonia	-	-0,122 (0,103)	-	-	-	-
Separado (alguma vez)	-	0,169 (0,127)	-	-	-	-
Solteiro já separou	-	-0,258 (0,170)	-	-	-	-
Filhos	-	0,136 (0,115)	-	-	-	-
Parente suicidou	-	0,301*** (0,116)	-	-	-	-
Felicidade alta	-	-	-0,218* (0,116)	-	-	-
Pratica esporte	-	-	-0,003 (0,130)	-	-	-
Teve depressão	-	-	0,332*** (0,107)	-	-	-
Toma medicamento	-	-	-0,019 (0,130)	-	-	-
Saúde sexual ok	-	-	-0,083 (0,158)	-	-	-
Se considera violento	-	-	-	-0,147 (0,199)	-	-
Confronto físico	-	-	-	-0,000 (0,124)	-	-
Agrediu em legítima defesa	-	-	-	-0,019 (0,114)	-	-
Pensou em atirar nas pessoas	-	-	-	0,192* (0,111)	-	-
Angústia por pressão no trabalho	-	-	-	0,430*** (0,103)	-	-
Curso preparatório	-	-	-	-	0,063 (0,124)	-
Quis ser policial da FSP	-	-	-	-	-0,432*** (0,144)	-
Experiência	-	-	-	-	0,090 (0,127)	-
Sonhou que arma falhou	-	-	-	-	0,040 (0,121)	-
Assédio moral	-	-	-	-	0,352*** (0,096)	-
Presenciou poli. da FSP morto (em serviço)	-	-	-	-	0,178 (0,164)	-
Conheceu poli. da FSP morto (em serviço)	-	-	-	-	0,307*** (0,112)	-
Amigo policial da FSP que suicidou	-	-	-	-	0,222* (0,117)	-
Acredita no Sistema Judiciário	-	-	-	-	-	-0,047 (0,106)
A favor da redução da maior. penal	-	-	-	-	-	-0,103 (0,111)
Nota prática religiosa	-	-	-	-	-	0,012 (0,016)
Observações	100	100	100	100	100	100

Erro padrão entre parênteses. \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1. Os resultados do teste Wald e o valor do pseudo R<sup>2</sup> podem ser observados na Tabela A1 (anexo)

Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

No que diz respeito às características pessoais, nenhuma variável foi estatisticamente significativa (ressalta-se que foram considerados os níveis clássicos de significância, ou seja, 1%, 5% e 10%).

Na avaliação da influência das características familiares sobre a probabilidade de o policial da FSP ter pensado ou pensado e tentado suicídio, a variável que indica se o pesquisado tem parente que suicidou foi significativa a 1%. Isso significa que para o caso de o entrevistado ter tido algum familiar que tenha cometido suicídio, a probabilidade do agregado de ter pensado ou ter tentado esse ato é 30,1% maior se comparada aos indivíduos que não apresentam familiar(es) suicida(s).

No grupo de variáveis ligadas à saúde, duas se mostraram estatisticamente significativas. Caso o entrevistado tenha declarado possuir felicidade alta, a probabilidade do agregado de ideação mais a tentativa de suicídio é 21,8% menor se cotejada aos policiais da FSP que indicaram não possuir felicidade alta (significativa a 10%). Caso o pesquisado apresente problemas de depressão, essa probabilidade é 33,2% maior se comparada aos policiais da FSP que não apresentam tal característica (significativa a 1%).

Outro grupo de variáveis analisadas dizem respeito aos fatores temperamentais da pessoa pesquisada. Os entrevistados que já pensaram em atirar em pessoas apresentam 19,2% de probabilidade de terem pensado ou pensado e tentado suicídio, quando comparados aos policiais da FSP que não tiveram esse tipo de pensamento (significativa a 10%). Outra característica que também aumenta essa probabilidade está relacionada com a angústia por pressão no trabalho do policial da FSP, em que há a probabilidade de 43% a mais de pensar ou pensar e tentar suicídio se cotejado com aqueles que não apresentam essa mesma particularidade (significativa a 1%).

Entre as atividades especificamente ligadas ao processo laboral, as variáveis quis ser policial da FSP, assédio moral, conheceu policial da FSP morto em serviço e amigo policial da FSP que suicidou foram estatisticamente significativas.

Os entrevistados que quiseram ser policiais da FSP possuem a probabilidade de 43,2% menor de terem pensado ou tentado suicídio, em comparação com aqueles que não queriam ser policiais da FSP (significativa a 1%). Já o profissional ter passado por assédio(s) moral(is) no trabalho aumenta a chance de pensar ou tentar suicídio em 35,2% (significativa a 1%), comparado com aqueles que não tiveram nenhum caso de assédio moral. O fato de ter conhecido policial da FSP morto em serviço aumenta a probabilidade da ideação mais a tentativa de suicídio em 30,7% se comparada aos que não conheciam (significativa a 1%). E se o entrevistado possuía amigo policial da FSP que praticou o suicídio, esse tem a probabilidade de pensar ou tentar suicídio de



22,2% maior que aqueles que não possuíam amigos policiais da FSP suicidas (significativa a 10%).

O último grupo de variáveis analisadas diz respeito às instituições. Entretanto, nenhuma foi estatisticamente significativa.

Diante dos resultados postos, algumas variáveis ao entorno dos entrevistados (parente e amigo policial da FSP que praticaram o suicídio) e o fato de conhecer um policial da FSP morto em serviço, são fatores que potencializam, positivamente, o agregado da ideação suicida mais a tentativa de suicídio desses pesquisados. Shikida *et al.* (2020) também ressaltou que a perda de um familiar por suicídio, para o policial militar no Oeste do Paraná, implicou em um “contraexemplo” a ser seguido. No estudo na FSP em questão, acresceu-se também o amigo policial da FSP que cometeu o suicídio como fator potencial para o pensamento ou cometimento desse mesmo ato, fato não verificado no artigo que versou sobre o suicídio policial militar no Oeste do Paraná. Um ponto, como o de conhecer um policial da FSP morto em serviço, que se configura em uma tragédia para a classe (que teve casos), também afeta as pessoas que trabalhavam com ela, gerando uma mescla de sentimento de insegurança, desesperança e sofrimento intenso que recrudesce o problema da ideação seguida ou não de tentativa de suicídio.

Ainda sobre as variáveis estatisticamente significativas ao entorno dos pesquisados (no caso de parente e amigo policial da FSP que suicidou e de policial da FSP morto em serviço), ao que tudo indica está tendo um efeito marcante para essa classe. Nesse contexto, algumas pessoas que enfrentam em seu círculo de convivência essas experiências complicadas de luto, ao lidarem com essa perda, impactam a ideação ou mesmo a tentativa de suicídio.

A depressão, um dos fatores mais prevalentes que pode aumentar o risco de suicídio segundo a literatura consultada (ABREU *et al.* 2010; BOTEGA, 2014; CERQUEIRA; LIMA, 2015; FERREIRA JUNIOR, 2015; ASSUMPÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2018, entre outros), também foi constatada no presente estudo. Reforça-se, assim, que a atenção primária à saúde para detecção de transtornos do humor relacionados com fatores depressivos certamente irá prevenir as tentativas de suicídio também para a classe estudada.

A angústia por pressão do trabalho (lidar com bandidos considerados de alta periculosidade, muitos dos quais membros de perigosas organizações criminosas) e o assédio moral no trabalho, estão contribuindo para a geração de condições que

levam a um padrão de comportamento suicida para a classe estudada. Shikida *et al.* (2020, p. 106) também constataram que o policial militar “[...] ter passado por algum momento de assédio moral no trabalho aumenta a chance de ele pensar e/ou tentar suicídio em 19,1%.”

Finazzi-Santos e Siqueira (2011, p. 74) alertam alguns aspectos relacionados com o trabalho e suicídio em um estudo de caso, realçando que a pressão no ambiente laboral pode contribuir para “[...] que as pessoas optam por se matar, em certas ocasiões, exatamente no mesmo ambiente em que vislumbravam construir uma vida feliz”. Já Shikida *et al.* (2020, p. 105) também destacam que a angústia por pressão no trabalho policial militar no Oeste do Paraná aumenta “[...] a probabilidade de 35,2% a mais de pensar e/ou tentar suicídio se comparada com aqueles que não apresentam essa mesma particularidade”. Conforme Sartori e Souza (2018, p. 110), “[...] a pressão exercida pela organização de trabalho transforma as vivências de trabalho em sofrimento, podendo inclusive representar risco de adoecimento”. No presente estudo, essa pressão está contribuindo para pensamentos ou mesmo tentativas de suicídio em vários policiais da FSP.

Já o fato de pensar em atirar nas pessoas, inclusive em si mesmo, pode ter múltiplas explicações, refletindo mudanças no comportamento que incluem ataques de raiva, irritabilidade e/ou outros comportamentos (OLIVEIRA; AMORIM; JACINTO, 2021; MOUTIER, 2021). Logo, as explicações que justificam essa variável podem ser várias. Como visto anteriormente (na distribuição de frequência das respostas), de acordo com os entrevistados, 88% não se consideram violentos, ou seja, não teria por que pensar em atirar nas pessoas, a não ser em motivação assentada na defesa pessoal, de companheiros e/ou de seus familiares. Sobre isso, vale lembrar que esse ponto foi considerado um dos maiores temores da classe pesquisada.

Outro aspecto importante é o fato desse profissional fazer muitas tarefas com atenções redobradas em certos momentos, que requer um profissional devidamente treinado e capacitado para o uso de arma de fogo em condições adversas. Logo, tal relação precisa ser mais bem avaliada, mormente por especialistas da área, para analisar, com maior fundamentação e expertise, esse fator que caracteriza o policial da FSP declarar ter pensado ou mesmo tentado suicídio.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar percepções empíricas sobre o suicídio no âmbito de uma FSP a partir de dados primários obtidos – via aplicação de questionário, seguido de entrevista – junto a uma amostra representativa dessa classe. Foram entrevistados 100 policiais de determinada FSP, permitindo atingir o nível de confiança de 90% e margem de erro de 6%.

Para iniciar as considerações finais deste trabalho, é preciso realçar que esses profissionais, assim como são definidos por eles mesmos, são majoritariamente dignos do seu trabalho/ofício (independente de terem ou não o desejo inicial de serem da FSP). Cada entrevistado carrega peculiaridades de suas formações, que perpassam por características pessoais, familiares, escolares, religiosas, bem como aspectos da vida profissional – que foram descritas na análise agregada da distribuição de frequência das respostas dos entrevistados (análise qualitativa).

Diante da impraticabilidade de se pesquisar uma pessoa que obteve sucesso em um ato suicida, a variável dependente da regressão logística assentou-se na indagação se o pesquisado teve ideação suicida ou, além desse pensamento, já tentou suicídio (tentativa malograda), contra quem nunca pensou em suicídio (ausência de ideação). Nesse contexto, 49% já pensaram em suicídio, 6% já tentaram suicídio (o que perfaz 55%), enquanto 45% nunca pensaram nesse ato. Um quadro preocupante, não só pela proporção dessa distribuição percentual, mas também diante de cotejo com literatura correlata que realizou, *mutatis mutandis*, o mesmo tipo de estudo para outra classe policial (a militar do Oeste do Paraná).

Nos resultados econométricos, não houve nenhuma variável estatisticamente significativa nos grupos das características pessoais e das instituições. As variáveis parente suicidou (características familiares), felicidade alta e teve depressão (características da saúde), pensou atirar em pessoas e angústia por pressão no trabalho (características do temperamento), quis ser da FSP, assédio moral, conheceu policial da FSP morto em serviço e amigo policial da FSP que suicidou (características do trabalho) foram estatisticamente significativas.

Os resultados corroboram que a ideação suicida, seguida ou não de tentativa, é um problema que afeta a classe pesquisada. A partir deste estudo de caso, esse problema pode ser compreendido como um processo multivariável decorrente das características supracitadas (familiares, de saúde, de temperamento e do trabalho).

Tal identificação, baseada em evidências empíricas extraídas de uma extensa pesquisa de campo, permitiu identificar algumas variáveis que estão maximizando o risco à vida, trazendo subsídios para o debate sobre questões referentes ao suicídio e seus motivos. *Pari passu*, o quadro atual revelado certamente demandará campanhas de saúde mental voltadas para seus profissionais, bem como se sugere que sejam implementados tratamentos qualificados para cuidar das pessoas que apresentaram(m) pensamentos suicidas, com casos de tentativas de tirar a própria vida. Ouvir também os policiais da FSP que superaram o suicídio certamente poderá contribuir para a troca de experiências, mormente, entre profissionais em situação oposta.

Isto posto, é preciso esclarecer que esta pesquisa também tem suas limitações, inerentes ao campo científico em constante evolução. Assim, o questionário aplicado, por exemplo, embora extenso e tendo passado por um processo de *brainstorming* e de pré-teste, não perguntou, por exemplo, se o entrevistado procurou ajuda médica após pensamento suicida ou mesmo tentativa planejada ou impulsiva desse ato. Muitas outras questões poderiam ser inseridas nesse instrumento de coleta de dados, a despeito de estender, ainda mais, a duração da entrevista/aplicação de questionário – um elemento restritivo do trabalho de campo (o tempo).

Outro importante limitante é a generalização dos resultados deste estudo de caso para outros contextos. Embora tenha tido uma amostra de pesquisados que possibilitou um nível de confiança relativamente alto e margem de erro relativamente baixa, este trabalho pode ser ampliado, não só dentro da própria FSP como incorporando outros profissionais.

Em suma, esta abordagem, que seguiu determinado rumo metodológico, dentre de vários possíveis, trouxe elementos empíricos para o debate acerca de um problema de saúde que afeta não só a categoria pesquisada, como toda a sociedade. Se esta abordagem estimular o estudo para novos contextos territoriais, de classes etc., certamente terá realizado um contributo para enfrentamento do suicídio e de suas consequências.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, K. P. de; LIMA, M. A. D. da S.; KOHLRAUSCH, E. R.; SOARES, J. dos S. F. Comportamento suicida: fatores de risco e intervenções preventivas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 195-200, 2010.
- ALCADIPANI, R.; CABRAL, S.; FERNANDES, A.; LOTTA, G. Street-level bureaucrats under COVID-19: Police officers' responses in constrained settings. **Administrative Theory & Praxis**, v. 42, n. 3, p. 394-403, jun. 2020.
- AMARAL, J. A. S. **Determinantes da entrada das mulheres no tráfico de drogas: um estudo para o Acre (Brasil)**. 2019. 148 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Edição XIII**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA – ABP; CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM. **Suicídio: informando para prevenir**. Brasília: CFM/ABP, 2014.
- ASSUMPÇÃO, G. L. S.; OLIVEIRA, L. A.; SOUZA, M. F. S. de. Depressão e suicídio: uma correlação. **Pretextos**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 312-333, jan./jun., 2018.
- BARCELOS, C. da S. **Sistema Penitenciário Federal: o encelamento do ensino**. 2020. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, Campo Grande, 2020.
- BARROS, B. W. **O sistema prisional em 2020-2021: entre a Covid-19, o atraso na vacinação e a continuidade dos problemas estruturais**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/11-o-sistema-prisional-em-2020-2021-entre-a-covid-19-o-atraso-na-vacinacao-e-a-continuidade-dos-problemas-estruturais.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- BERARDI, F. **Heroes: mass murder and suicide**. London: Verso Books. 2015.
- BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.
- BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, set./dez., 2014.
- BRANDÃO, A. **Psicopatologia: suicídio**. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/sinergia/5p9c.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 496 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 104**, de 4 de dezembro de 2019. Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, e. 235, p. 2, 04 dez. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc104.htm). Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>. Acesso em: 08 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.675**, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm). Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, n. 33, p. 2-10, set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio**: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília: [s.n.], 2006.

BTESHE, M.; OLIVEIRA, V. M.; CLÉBICAR, T.; ESTELLITA-LINS, C.; SALLES, I. Suicídio na literatura religiosa: o kardecismo como fonte bibliográfica privilegiada. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 37-50, set., 2010.

CAVALCANTE, A. C. S.; TEIXEIRA, S. M. S.; AMORIM, F. R. F.; CUNHA, V. P.; CAVALCANTE, F. V. Estratégia de enfrentamento de idosos que tentaram suicídio no Nordeste Brasileiro. *In*: MINAYO, M. C. S.; FIGUEIREDO, A. E. B.; SILVA, R. M. (org.). **Comportamento suicida de idosos**. Fortaleza: Edições UFC, p. 122-137, 2016.

CERQUEIRA, D. **Gastos com Segurança Pública**. *In*: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2019. São Paulo: FBSP, 2019.

CERQUEIRA, Y.; LIMA, P. Suicídio: a prática do psicólogo e os principais fatores de risco e de proteção. **Revista IGT na Rede**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23. p. 457-471, out., 2015.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNP/CP). **Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2020-2023)**, Brasília (Distrito Federal), 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnp/pcp/plano\\_nacional/PN/PCP-2020-2023.pdf](https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnp/pcp/plano_nacional/PN/PCP-2020-2023.pdf). Acesso em: 15 maio 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL – CRP-DF. **Orientações para a atuação profissional frente a situações de suicídio e automutilação**. Brasília: CRP, 2020.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN. *s.d.* <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN>. Acesso em: 15 maio 2022.

DIANIN, I. M. B. **Suicídio**: políticas e ações de enfrentamento a partir da Política Nacional de Saúde Pública (2006), no Vale do Rio Pardo. 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DURKHEIM, É. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

DUTRA, E. Pensando o suicídio sob a óptica fenomenológica hermenêutica: algumas considerações. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 17. n. 2, p. 152-157, jul./dez., 2011.

DUTRA, K.; PREIS, L. C.; CAETANO, J.; SANTOS, J. L. G. dos; LESSA, G. Experiencing suicide in the family: from mourning to the quest for overcoming. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, Suppl. 5, p. 2146-2153, 2018.

FERREIRA JUNIOR, A. O comportamento suicida no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 15-28, 2015.

FINAZZI-SANTOS, M. A.; SIQUEIRA, V. S. Considerações sobre trabalho e suicídio: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 71-83, jun. 2011.

FISCHER, M. M. J. To live with what would otherwise be unendurable: return(s) to subjectivity. In: BIEHL, J.; GOOD, B.; KLEINMAN, A. (Edts.). **Subjectivity: Ethnographic Investigations**. Berkeley: University of California Press, 2007. p. 423-446.

FRAGA, O. **Existe alguma ligação entre crise econômica e aumento nas taxas de suicídio?** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48890430>. Acesso em: 13 maio 2022.

FRANCO, F. M. Fatores de risco, fatores protetivos e prevenção do suicídio entre policiais e outros agentes da lei: perspectiva internacional. **Revista de Psicologia: Saúde Mental & Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 3, n. 7, p. 97-114, jan./dez., 2018.

GOMES, D. A. R.; ARAUJO, R. M. F.; GOMES, M. S. Incidence of suicide among military police officers in South Brazil: An 11-year retrospective cohort study. **Comprehensive Psychiatry**, v. 85, p. 61-66, 2018.

GONÇALVES, L. R. C.; GONÇALVES, E.; OLIVEIRA JÚNIOR, L. B. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 281-316, maio/ago., 2011.

GREENE, W. **Econometric analysis**. 5 ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

JORGE, M. H. P. DE M.; KOIZUMI, M. S. Gastos governamentais do SUS com internações hospitalares por causas externas: análise no Estado de São Paulo, 2000. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 7, n. 2, p. 228-238, 2004.

LESTER, D. Participation in sports activities and suicidal behaviour: a risk or a protective factor? **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 15, n. 1, p. 103-108, 2015.

LIMA, C. S. L.; MARTINS, J. Vitimização policial no Brasil em tempos de Covid-19. *In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2021.

LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista de Direito FGV**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan./abr., 2016.

LOCHE, A. A letalidade de ação policial: parâmetros para análise. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 17, p. 39-56, jul./dez., 2010.

LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M. J. C.; SACHSIDA, A. **Os determinantes econômicos do suicídio**: um estudo para o Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

MARCHIORI, G. E. (Relator); SODRÉ, C. E. (Presidente); SUXBERGER, A. H. G. (Sub-Relator); LIMA, L. A. S. (Sub-Relator); SORCI, P. E. de A. (Sub-Relator); SHIKIDA, P. F. A. (Sub-Relator); SILVA Jr., W. N. (Sub-Relator); MONTE, D. M. do; SILVA, J. R. da; SILVA, P. E. B. **Relatório Final do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Grupo de trabalho para estudo e análise de alternativas para administração penitenciária pelos sistemas de cogestão, privatização e parceria público-privada**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/relatorio-final-cogestao-ppp-2021/relatoriofinal-presidente.pdf/view>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARQUETTI, F. C. **O suicídio como espetáculo na metrópole de São Paulo**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2012.



MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Bomtempo, 2006.

MATARAZZO, G.; FERNANDES, A.; ALCADIPANI, R. Organizações policiais frente à pandemia: sensemaking, liderança e discricionariedade. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 54, p. 898-908, jul./ago., 2020.

MELEIRO, A. **A diferença entre ouvir e escutar na prevenção do suicídio**. 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/a-diferenca-entre-ouvir-e-escutar-na-prevencao-do-suicidio/>. Acesso em: 15 maio 2022.

MENEGHEL, S. N.; VICTORA, C. G.; FARIA, N. M. X.; CARVALHO, L. A. de; FALK, J. W. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 6, p. 804-810, dez., 2004.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. *In: Série B. Textos Básicos de Saúde*. Brasil. Ministério da Saúde, 2005.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. (coords.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MINOIS, G. **História do suicídio**: a sociedade ocidental diante da morte voluntária. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

MIRANDA, D.; BORGES, D.; CANO, I.; GUIMARÃES, T.; NOVAES, F.; RIBEIRO, M. S.; FURTADO, C. C.; MENEZES, L. P. R. de; SILVA, A. V. V. da; OLIVEIRA, P. de M. N. de; REIS, M. dos S.; SÁ, B. G. S. de; RIBAS, R. F. O comportamento suicida entre profissionais de segurança pública e prevenção no Brasil. *In: Ministério da Justiça e Cidadania; Secretaria Nacional de Segurança Pública. Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Segurança Pública*. Brasília, DF, Ministério da Justiça, 2016. p.151-202.

MIRANDA, D.; GUIMARÃES, T. O suicídio policial: o que sabemos? **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 1-18, jan./abr., 2016.

MONTEIRO, R. A.; BAHIA, C. A.; PAIVA, E. A.; SÁ, N. N. B. de; MINAYO, M. C. de S. Hospitalizations due to self-inflicted injuries – Brazil, 2002 to 2013. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 20, n. 3, p. 689-699, 2015.

MOUTIER, C. **Comportamento suicida**. 2021. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/comportamento-suicida-e-automutila%C3%A7%C3%A3o/comportamento-suicida>. Acesso: 05 mar. 2022.

NAGAFUCHI, T. Um olhar antropológico sobre o suicídio: devir, formas de vida e subjetividades. **Dossiê – Revista M.**, v. 4, n. 7, p. 101-124, jan./jun. 2019.

NICKEL, H. **Análise da execução penal envolvendo crimes econômicos no Paraná cuja pena privativa de liberdade foi substituída por prestação de**

**serviços e/ou pecuniária.** 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

NUNES, E. D. O suicídio: reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 14, n. 1, p. 7-34, 1998.

OLIVEIRA, J. V. B.; AMORIM, L.; JACINTO, P. M. dos S. Revisão integrativa da literatura sobre suicídio: repercussões nas famílias e atuação dos profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 103-116, 2021.

OLIVEIRA, L. O suicídio: um problema (também) filosófico. **Revista Natureza Humana**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 83-97, jan./jul. 2018.

OLIVEIRA, R. H. B.; RONDINA NETO, A.; ABRITA, M. B. Suicídios no Brasil: uma análise exploratória de dados espaciais e correlações socioeconômicas (1996-2016). **A Economia em Revista**, v. 27, n. 3, p.63-82, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Prevenção do suicídio:** um recurso para conselheiros. Genebra: OMS, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Preventing Suicide:** a global imperative. Geneva (Switzerland): WHO Library Cataloguing-in-Publication Data; 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Prevenção do suicídio:** um manual para profissionais de saúde em atenção primária. Genebra: OMS, 2000.

PAMPLONA, L. M. P. Políticas públicas territoriais: uma nova visão sobre o desenvolvimento. *In: Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, 2012. Relatório Técnico.* Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2012, p. 75-81.

PÊGO, F. P. L.; PÊGO, D. R. Síndrome de Burnout. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 171-176, 2016.

PEIXOTO, B.; AZENHA, S. Suicídio, cultura e religião. *In: SARAIVA, C. B.; PEIXOTO, B.; SAMPAIO, D. (orgs.) Suicídio e comportamentos autolesivos.* Lisboa: Lidel Edições Técnicas, 2014. p. 16-22.

PEREIRA, G. K.; MADRUGA, A. B.; KAWAHALA, E. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Caderno de saúde coletiva**, São Paulo, v. 28, 4, out./dez., 2020.

PERLS, F.S. **Gestalt-Terapia explicada.** Tradução: George Schlesinger. 11 ed. São Paulo: Summus, 1977.

PLATÃO. **Fédon – A imortalidade da alma.** Livro de Domínio Público. *s.d.*

Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2261](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2261). Acesso em: 14 maio 2022.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

RAMÃO, L. F. F. A segurança pública na Constituição de 1988: direito fundamental, dever do Estado e responsabilidade de todos. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 75, p. 159-169, jan./mar., 2020.

RIGO, S. C. Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. *In*: Conselho Federal de Psicologia. **Suicídio e os desafios para a psicologia**. 1 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. p. 30-40.

RODRIGUES NETO, G. C. Suicídio e Religião. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 637-649, jul./dez, 2018.

RODRIGUES, O. A.; SHIKIDA, P. F. A. Economia e felicidade: elementos teóricos e evidências empíricas. **Pesquisa & Debate**, São Paulo (SP), v.16, n.1 (27), p. 80-120, 2005.

SANTOS, É. J. Algumas considerações sobre a questão do suicídio na filosofia de Arthur Schopenhauer. **Revista Voluntas**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 22-32, jul., 2010.

SANTOS, S. M. da S. F. M. dos. **Suicídio nas forças policiais: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ**. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Universidade do Porto, Portugal.

SANTOS, S. M. S. F. M. **Suicídio nas forças policiais: um estudo comparativo na PSP, GNR e PJ**. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal) – Universidade do Porto, Porto, 2007.

SARTORI, S. D.; SOUZA, E. M. Entre sofrimento e prazer: vivências no trabalho de intervenção em crises suicidas. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 24, n. 2, p. 106-134, maio/ago., 2018.

SCHLEMPER, A. L. **Economia do crime: uma análise para jovens criminosos no Paraná e Rio Grande do Sul**. 2018. 164 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Tradução: Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

SHIKIDA, C. D.; ARAUJO JUNIOR, A. F.; GAZZI, R. A. V. Teoria econômica do suicídio: estudo empírico para o Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 25, n. 47, p. 123-147, set., 2007.

SHIKIDA, P. F. A.; GARCIAS, M. O.; SOUZA, V.; STRAUCH, A. G. N. Suicídio policial: percepções a partir de dados primários no Oeste do Paraná. **Revista Práticas em Administração Pública (PAP)**, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 86-112, maio/ago. 2020.

SHIKIDA, S. L.; MIYAZAKI, M. H. Z. Percepções de uma força de segurança pública brasileira sobre aspectos da economia do crime. **Revista Brasileira de Execução Penal, Brasília**, (no prelo) 2022.

SHIKIDA, S. L.; SOUZA, V.; PEREIRA, F. C. Percepções da polícia militar do Oeste do Paraná sobre aspectos da economia do crime. **Revista do Ministério Público Militar**. Edição n. 33, p. 106-134, 2020.

SILVA JÚNIOR, W. N. Presídios federais: deveres do preso e regime disciplinar. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 203-237, jul./dez. 2021.

SILVA JÚNIOR, W. N. Sistema Penitenciário Federal: o regime prisional de líderes de organizações criminosas. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v. 1, n. 2, 101-134, jul./dez. 2020.

SILVA, A. G. da; MALLOY-DINIZ, L. F.; GARCIA, M. S.; FIGUEIREDO, C.; FIGUEIREDO, R. N.; DIAZ, A. P.; PALHA, A. P. (2018). Cognition as a therapeutic target in the suicidal patient approach. **Frontiers in Psychiatry**, v. 9, n. 31, p.1-5, 2018.

SILVA, C. **Prevenção do suicídio**: as práticas de recepção, manejo e cuidados para com as pessoas com comportamento suicida no município de Matelândia/PR. 47 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

SILVA, J. A. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

SILVA, M. A.; BUENO, H. P. V. O suicídio entre policiais militares na polícia militar do Paraná: esforços para prevenção. **Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG)**, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5-23, agosto, 2017.

SILVA, M. M. de S.; FERREIRA, R. B. **A interpretação das religiões sobre o suicídio**: algumas considerações. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/zrs-edicao-14/a-interpretacao-das-religioes-sobre-o-suicidio-algumas-consideracoes/>. Acesso em: 14 maio 2022.

SILVEIRA, R. E.; SANTOS, Á. S.; FERREIRA, L. A. Impact of morbi-mortality and expenses with suicide in Brazil from 1998 to 2007. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 4, n. 4, p. 3033-3042, 2012.

SOUZA, F. de. **Suicídio – história e taxas no Brasil e no mundo**. s.d. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/8DR9jr4bsQjtq5j7Rp3GX6S/>. Acesso em: 13 maio 2022.

SOUZA, K. R. **Suicídio e desenvolvimento regional**: um estudo sócioeconômico da incidência da auto-violência das mesorregiões Oeste e Sudoeste do Paraná,

1990 a 2005. 142 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

STAVIZKI JUNIOR, C.; SILVEIRA, R. L. L. Organizações sociais e valorização da vida: Considerações sobre a organização social para a prevenção ao suicídio na cidade média de Santa Cruz do Sul e sua contribuição ao Desenvolvimento Regional. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROCESSOS, POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS SANTA CRUZ DO SUL, 9, 2019, Santa Cruz do Sul. **Revista Eletrônica** [...]. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul.

TEIXEIRA, S. M. O.; SOUZA, L. E. C.; VIANA, L. M. M. O suicídio como questão de saúde pública. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 3, p. 1-3, jul./set., 2018.

TENG, C. T.; PAMPANELLI, M. B. O suicídio no contexto psiquiátrico. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 41-51, 2015.

TORRES, E. N. da S. **A institucionalização da inteligência penitenciária nacional**: o combate às organizações criminosas e o caso “Primeiro Comando da Capital (PCC)” nas prisões brasileiras. 2020. 53 f. Monografia (Curso de Altos Estudos Política e Estratégia) – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 2020.

TORRES, E. N. **Dos dois lados das grades**: presos, agentes e o sistema penitenciário. 2018. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/05/08/dos-dois-lados-das-grades-presos-agentes-e-sistema-penitenciario/>. Acesso em: 15 maio 2022.

VALÉRIO, M. Álcool e suicídio pós-graduação em intervenção social. **Working Paper**. Portugal: Vila Nova de Gaia, 2006.

VAZ, L. O problema do suicídio em Montaigne. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 53, n. 126, p. 483-497, dez. 2012.

VIEIRA, G. S. O.; MARINHO, T. A. Suicídio, religião e sociologia. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v.6, n.10, p.180-223, jan./jun., 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Suicide**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 28 abr. 2022.

## ANEXO 1

Tabela A1 – Coeficientes do modelo *Logit* estimado pelo método de máxima verossimilhança sobre a possibilidade de o policial da FSB ter pensado em suicídio (ideação) e pensado e tentado suicídio (avançou na ideação)

Variáveis	Características pessoais	Família	Saúde	Temperamento	Trabalho	Instituições
Gênero masculino	-0.814 (0.617)	-	-	-	-	-
Cor branca	-0.195 (0.416)	-	-	-	-	-
Idade 35	0.719 (0.580)	-	-	-	-	-
Família vivia em harmonia	-	-0.499 (0.429)	-	-	-	-
Separado alguma vez	-	0.702 (0.547)	-	-	-	-
Solteiro já separou	-	-1.062 (0.752)	-	-	-	-
Filhos	-	0.549 (0.468)	-	-	-	-
Parente suicidou	-	1.410** (0.695)	-	-	-	-
Felicidade alta	-	-	-0.945* (0.549)	-	-	-
Pratica esporte	-	-	-0.014 (0.531)	-	-	-
Teve depressão	-	-	1.414*** (0.498)	-	-	-
Toma medicamento	-	-	-0.075 (0.526)	-	-	-
Saúde sexual ok	-	-	-0.343 (0.675)	-	-	-
Se considera violento	-	-	-	-0.591 (0.818)	-	-
Confronto físico	-	-	-	-0.001 (0.501)	-	-
Agrediu em legítima defesa	-	-	-	-0.076 (0.460)	-	-
Pensou em atirar nas pessoas	-	-	-	0.811* (0.491)	-	-
Angústia por pressão no trabalho	-	-	-	1.853*** (0.527)	-	-
Curso preparatório	-	-	-	-	0.259 (0.504)	-
Quis ser policial da FSP	-	-	-	-	-1.956** (0.876)	-
Experiência	-	-	-	-	0.367 (0.517)	-
Sonhou que arma falhou	-	-	-	-	0.164 (0.496)	-
Assédio moral	-	-	-	-	1.583*** (0.513)	-
Presenciou poli. da FSP morto (em serviço)	-	-	-	-	0.777 (0.796)	-
Conheceu poli. da FSP morto (em serviço)	-	-	-	-	1.270*** (0.493)	-
Amigo policial da FSP que suicidou	-	-	-	-	0.934* (0.524)	-
Acredita no Sistema Judiciário	-	-	-	-	-	-0.190 (0.427)
A favor da redução da maior. penal	-	-	-	-	-	-0.422 (0.465)
Nota prática religiosa	-	-	-	-	-	0.048 (0.066)
Constante	0.400 (0.705)	-0.115 (0.506)	0.652 (0.860)	-1.196** (0.521)	-1.991*** (0.662)	0.417 (0.498)
Wald chi <sup>2</sup>	2.88	9.61*	16.04*	16.49*	23.43*	1.63
Pseudo R <sup>2</sup>	0.0237	0.0736	0.1183	0.1482	0.2109	0.0114
Observações	100	100	100	100	100	100

Erro padrão entre parênteses. \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1. Os modelos de características pessoais e o de instituições não são estatisticamente significativos conjuntamente para o nível de 10%.

Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Strauch, Allan Georges Nakka

Percepções do suicídio em uma força de segurança pública brasileira: um estudo de caso. / Allan Georges Nakka Strauch; orientador Pery Francisco Assis Shikida; coorientador Marcos de Oliveira Garcias. -- Toledo, 2022.  
70 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2022.

1. Força de segurança pública. 2. Comportamento suicida. 3. Análise econométrica. I. Shikida, Pery Francisco Assis, orient. II. Garcias, Marcos de Oliveira, coorient. III. Título.